



IPPUR/UFRJ



CURSO DE EXTENSÃO/ESPECIALIZAÇÃO  
ENERGIA E SOCIEDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Trabalho de Conclusão de Curso

**A legitimação das barragens na Amazônia pelo discurso do jornal  
Valor Econômico**

**MSc. Alexania Rossato**  
Movimento dos Atingidos por Barragens

Orientador: MSc. Guilherme Marques

Rio de Janeiro  
Março de 2010

## **Resumo**

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa desenvolvida durante o curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, realizado através do convênio entre o Movimento dos Atingidos por Barragens e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Tem o objetivo de fazer um estudo piloto de análise do discurso usado pelo jornal Valor Econômico para a legitimação das usinas hidrelétricas na Amazônia, principalmente as usinas de Santo Antônio e Jirau, que estão sendo construídas no Rio Madeira, em Rondônia, e a Usina de Belo Monte, prevista para ser construída no Rio Xingu, no Pará. As matérias selecionadas para a análise foram publicadas no decorrer do ano de 2009 e a leitura que desenvolvo parte da análise da sociedade dividida em classes, envolvendo conceitos como representação, poder e ideologia.

**Palavras-chave:** Jornalismo, Barragens, Amazônia.

## **Introdução**

Este artigo é parte do conteúdo programático para conclusão do Curso de Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, realizado através do convênio entre o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. O principal objetivo do trabalho é fazer um estudo piloto de análise do discurso usado pelo jornal Valor Econômico para a legitimação das usinas hidrelétricas na Amazônia, principalmente as usinas de Santo Antônio e Jirau, que estão sendo construídas no Rio Madeira, em Rondônia, e a Usina de Belo Monte, prevista para ser construída no Rio Xingu, no Pará.

Uma das justificativas do trabalho é que a pesquisa nesta área ainda é muito inicial, principalmente pelo viés da luta de classes, princípio deste trabalho, envolvendo questões de poder e ideologia no que tange aos interesses das grandes empresas construtoras de barragens. A segunda justificativa para a realização de um trabalho como este é aportar ao Setor de Comunicação do MAB o conjunto de linguagens usadas por veículos de comunicação, a fim de contribuir com a análise que o Movimento faz do papel dos meios de comunicação para legitimação da construção dessas obras. Isso também justifica a escolha do tema para a análise, já que no momento, contribuo neste setor.

Cabe destacar que optei por fazer a análise de um produto jornalístico, primeiro por inserir-se na minha formação acadêmica, e segundo, porque o conjunto do jornal oferece uma série de tópicos propícios à análise e, pela polêmica que levanta, pode ser ancorada numa base teórica que sustenta o fato da linguagem ser carregada de ideologia. Por fim, este trabalho é um ensaio inicial sobre o tema, já que a análise de discurso não é a minha área de aprofundamento comunicacional. Entretanto, é um assunto que sempre me desafiou, já que envolve questões tão pertinentes.

O corpus do trabalho será composto pela seleção de matérias referentes às barragens de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, veiculadas pelo jornal Valor Econômico no ano de 2009. Em virtude do grande volume de material publicado, as matérias escolhidas foram aquelas que continham no título o nome das barragens, ou o nome do rio, ou as cidades onde elas se localizam e/ou também a palavra Amazônia.

Para a análise quantitativa, usarei todas as matérias com este recorte, porém para a análise qualitativa<sup>1</sup>, fiz um novo recorte, selecionando aleatoriamente uma matéria veiculada a cada semana (exceto as semanas que não houve publicação sobre o tema). As matérias foram selecionadas e analisadas no jornal impresso e posteriormente também selecionadas na publicação on-line, para fins de anexo e citação neste trabalho.

Berger afirma que o jornalismo se transforma em lugar de destaque do desenvolvimento capitalista porque plasma em discurso o projeto burguês (2003, p.10). Nesse sentido, o caminho que percorro a seguir alinhava breves idéias sobre o interesse do capitalismo na construção de barragens e o papel da imprensa brasileira neste conjunto. Depois, exponho o interesse dos governos e empresas na construção de barragens, principalmente na Amazônia. Posteriormente, faço uma breve exposição do veículo de comunicação em cena, tecendo algumas relações de associação que o jornal estabelece para usar tal linguagem, discorro sobre questões referentes à ideologia no jornalismo e representações e, através desses elementos tão complexos, associo os tópicos da análise do discurso. É a este tópico que destino mais tempo, pois me atenho à linguagem do jornal propriamente dita.

## **A face do capitalismo na construção de barragens**

Recentemente o capitalismo mundial sofreu um duro golpe com a crise que abateu os sistemas financeiros e econômicos de diversos países. Como afirmam especialistas, esta é a terceira grande crise do sistema capitalista<sup>2</sup>. Além da origem política, econômica e social da crise que passamos, a crise energética e ambiental também está presente. Na ambição de ter lucro fácil e rápido, o capitalismo passou a imprimir um processo de produção industrial e de consumo de mercadorias sem precedentes. Esse processo está esgotando os recursos naturais disponíveis: minérios, energia fóssil (petróleo, carvão mineral...) os recursos da floresta, a biodiversidade e a água potável e requer uma quantidade de energia muito grande. “Os Estados Unidos,

---

<sup>1</sup> Algumas matérias do corpus da pesquisa selecionadas para a análise qualitativa estão em anexo.

<sup>2</sup> A primeira grande crise aconteceu no final do século 19, que resultou na Comuna de Paris, guerras na Europa e um movimento de independência das colônias na periferia do sistema. A segunda grave crise aconteceu entre 1929 e 1945, que resultou na Segunda Guerra Mundial, na adoção do nazi-fascismo pelos capitalistas para enganar as massas, mas também resultaram em muitas revoluções sociais, em todo o mundo.

por exemplo, consomem sozinhos quase 35% de toda energia do planeta” (Assembléia Popular, 2009, p. 17). Não é exagero afirmar que a atual forma do capitalismo funcionar está levando ao esgotamento dos recursos naturais e energéticos do planeta.

E incrivelmente, uma das alternativas que os capitalistas costumam usar para sair da crise é a intensificação da apropriação e exploração dos recursos naturais.

Em época de crise, os capitalistas procuram se apropriar de forma mais rápida dos recursos naturais que são públicos, como a terra, água, madeira, minérios, energia e biodiversidade, e transformá-los em mercadorias, em bens com valor de mercado. Por isso, agora na crise, os capitalistas de todo o mundo aumentaram sua sanha para se apropriar das terras brasileiras, das riquezas da energia elétrica que estão presentes em nossos rios (há mais de 900 projetos de hidrelétricas no Brasil, a maioria a ser construída com capital estrangeiro), da madeira e dos minérios existentes na Amazônia. (Assembléia Popular, p. 25, 2009)

Em parte, isso é o que explica a voracidade com que as empresas iniciaram a construção das barragens de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia, nos dois últimos anos. Assim, vemos uma repetição do que aconteceu no início da década de 70: com a crise mundial do petróleo, foram construídas dezenas de megaprojetos de barragens para atender às indústrias eletrointensivas dos países centrais. A conjuntura agora é parecida, porém, com a falência das grandes indústrias na Europa e Estados Unidos, as empresas restabelecem suas plantas em países como o Brasil, que além de conceder benefícios fiscais, dispõe de mão-de-obra barata e fontes energéticas garantidas a preços subsidiados.

No entanto, mesmo com a queda no consumo de energia durante todo o ano de 2009<sup>3</sup> em função da crise, a regra continua sendo produzir energia em barragens novas. Ou seja, existe um interesse do governo federal em grandes obras como as barragens do rio Madeira, em Rondônia, e Belo Monte, no rio Xingu, no Pará. Em entrevista ao jornal Brasil de Fato, de 18 de dezembro de 2008, período inicial do tropeço do sistema, o professor Dorival Gonçalves Junior, da Universidade Federal do Mato Grosso, afirmou que os projetos hidrelétricos prioritários do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não sofreriam os efeitos da crise, pois são obras projetadas em

---

<sup>3</sup> A *Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica* divulgada no dia 30 de dezembro de 2009 pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) indica que, mesmo com o resultado de novembro (34.078 gigawatts/hora, o maior volume desde outubro de 2008 e a primeira variação positiva na comparação com o mesmo período do ano anterior), o consumo nacional de energia elétrica acumulado de janeiro/novembro de 2009 e o dos últimos 12 meses continuam com taxas negativas de 2,0%. ([http://www.epe.gov.br/ResenhaMensal/20091230\\_1.pdf](http://www.epe.gov.br/ResenhaMensal/20091230_1.pdf). Acesso em 04 de janeiro de 2010).

longo prazo: “As usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira, por exemplo, são obras de seis a oito anos (desde os estudos iniciais até a geração), portanto esses projetos estão na lógica da retomada do crescimento econômico e da acumulação do capital, ou seja, a regra continua sendo a mesma: o investimento de grandes cifras em obras de infra-estrutura do setor de energia”.

A análise de Gonçalves segue na linha do que a própria ministra Dilma Rousseff declarou no artigo intitulado “Compromisso com o futuro”, publicado pelo jornal O Estado de São Paulo, na edição de 13 de dezembro de 2009, em decorrência da 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas:

(...) Graças às ações que adotamos internamente e à persistência com que conclamamos os demais países a um esforço compartilhado de controle do clima, o Brasil deixou de ser parte do problema do aquecimento global para se tornar respeitado como impulsor de soluções negociadas. Temos a matriz energética mais limpa e renovável entre as maiores economias do mundo. Usinas hidrelétricas, biocombustíveis e outras fontes renováveis respondem por 45,9% de toda energia consumida no Brasil. A média mundial é de 87,1% de utilização de fontes fósseis, como petróleo e carvão, contra 12,9% de fontes renováveis. Nos países da OCDE, a média piora para 93,7% de fontes fósseis, que agravam o efeito estufa (...).

Nossa matriz energética limpa não caiu do céu. É o resultado do esforço de gerações na construção de usinas hidrelétricas e na produção de combustíveis renováveis. Fontes hídricas garantem 86% da geração de eletricidade no Brasil. Nos últimos 30 anos, a utilização de etanol combustível, anidro ou hidratado, evitou a emissão de mais de 850 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> à atmosfera.

Como alternativas, a ministra Dilma propôs “ampliar a eficiência energética, o uso de biocombustíveis, a oferta de hidrelétricas e fontes alternativas como biomassa, eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, e o uso de carvão de florestas plantadas na siderurgia (...)”. Nesse sentido, ela anunciou ainda que a maior parte dos recursos investidos pelo Brasil para garantir as metas de redução das emissões de dióxido de carbono (US\$ 166 bilhões) será usada para construir usinas hidrelétricas, entre US\$ 110 bilhões e US\$ 113 bilhões.

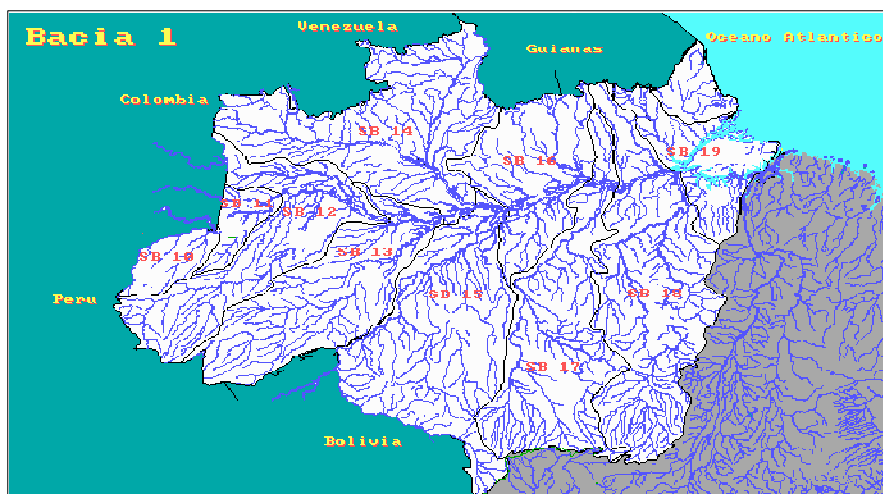
Ou seja, quando os capitalistas percebem que o meio ambiente pode ser uma mercadoria rentável, o governo brasileiro sai na frente e oferece para o mercado a construção de hidrelétricas como a “galinha dos ovos de ouro”. Portanto, na atual lógica, as barragens são uma fonte de lucros tanto para a indústria da construção de barragens (cimento, turbinas, ferro), como para a indústria da energia elétrica (geração,

transmissão e distribuição de energia) e para a indústria do meio ambiente (mercado de carbono, “energia limpa”).

E o fato de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte serem “a bola da vez” não é isolado. Temos que entender a construção dessas barragens em conjunto, pois na Amazônia elas também entram numa cadeia de infra-estrutura para escoamento de minérios, madeira e grãos, além de fazerem parte de um plano de domínio e controle do território daquela extensa área por empresas multinacionais como ALCOA, SUEZ, Vale e outras. Estas empresas estão entranhadas na região amazônica, sugando a riqueza do povo brasileiro e deixando os custos decorrentes dos impactos sociais e ambientais a serem pagos pelas populações atingidas, sob a forma de deslocamentos forçados, empobrecimento e degradação das condições de vida, entre outros aspectos negativos.

Especificamente com relação à Amazônia, esta é a região do Brasil com a maior quantidade de rios. Ali, localizam-se rios de grande vazão como o Amazonas, Tapajós, Madeira e Xingu. Pelo mapa abaixo podemos ver que os rios e igarapés amazônicos são verdadeiras veias que cobrem toda a extensão daquele território.

### Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas



Fonte: Site da Aneel ([http://www.aneel.gov.br/area.cfm?id\\_area=105](http://www.aneel.gov.br/area.cfm?id_area=105))

Esta região tem potencial para cerca de 304 hidrelétricas, 46 já construídas e 258 inventariadas. Em Rondônia, 39 hidrelétricas estão planejadas e as duas que são objeto deste estudo, a barragem de Santo Antônio e Jirau, fazem parte do plano de Iniciativa de

Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana (IIRSA)<sup>4</sup>. Além delas, na Amazônia está em andamento o leilão da UHE de Belo Monte, no Rio Xingu, também objeto deste estudo; e estudos para novos projetos nos Rios Tapajós, Tocantins e Araguaia, todas no Pará.

Em uma breve caracterização das usinas em foco na pesquisa, início pelas barragens no rio Madeira. A Usina Hidrelétrica de Santo Antônio é de propriedade do Consórcio “Santo Antônio Energia”, formado pelas empresas Odebrecht (19,4%), Andrade Gutierrez (11,6%), Cemig (10%), Furnas (39%) e fundos de investimento dos bancos Santander e Banif (20%). Já a Usina Hidrelétrica de Jirau, é de propriedade do Consórcio “Energia Sustentável do Brasil – Enersus”, formados pelas empresas GDF Suez (50,1%), Camargo Corrêa (9,9%), Eletrosul (20%) e Chesf (20%). Esta obra é emblemática, pois recebeu um financiamento do BNDES de 7,2 bilhões de reais, o maior volume de recurso da história do banco destinado a um único empreendimento.

#### **Canteiro de obras da UHE Santo Antônio**



Fonte: [http://www.santoantonioenergia.com.br/site/portal\\_mesa/pt/noticias/galeria\\_de\\_fotos/galeria\\_de\\_fotos.aspx](http://www.santoantonioenergia.com.br/site/portal_mesa/pt/noticias/galeria_de_fotos/galeria_de_fotos.aspx), acesso em 15 de janeiro de 2010

---

<sup>4</sup> A IIRSA é uma estratégia de “desenvolvimento” de alguns governos da América do Sul que prevê a construção de centenas de obras para os próximos anos. São rodovias e hidrovias nacionais e internacionais; usinas hidrelétricas e linhas de transmissão de energia; pontes e obras de transposição de águas; portos e aeroportos, gasodutos e petrodutos, entre outras. Várias destas obras possibilitarão o acesso e a exploração de recursos naturais (minérios, gás, petróleo, terra para cultivo, água, etc.) que serão ou transportados para os centros industriais nos países da região ou exportados para outros países, como China, Japão, Estados Unidos e vários países europeus.



Estas obras não devem ser estudadas isoladamente. O complexo é formado pelas duas usinas em território brasileiro, duas usinas previstas para serem construídas na Bolívia, duas eclusas, as hidrovias e as linhas de transmissão. O custo total das obras é de 26 bilhões de reais. Na cartilha publicada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens é apresentada uma breve comparação do que poderia ser feito com esse dinheiro:

“daria para fazer um milhão e trezentas mil casas populares no valor de R\$ 20 mil/casa, ou seja, poderia ser construída uma casa para cada habitante de Rondônia. Daria para construir dois mil e quinhentos postos de saúde com um médico, dois enfermeiros, um dentista e 10 agentes de saúde, com capacidade para atender 4.000 pessoas/posto, funcionando durante 30 anos, gerando 35.000 empregos permanentes ao longo dos 30 anos. Daria para assentar 520.000 (quinhentas e vinte mil) famílias com terra, moradia, crédito agrícola e acompanhamento técnico.” (MAB, p. 11, 2008)

Não existem dados concretos do número de famílias atingidas, mas estimativas apontam para cerca de 20 mil, criando-se assim um gravíssimo problema social, pois estas pessoas não estão recebendo indenizações e, assim, estão ficando a mercê da sorte<sup>5</sup>. Porém lutam para conquistar seus direitos e se organizam no MAB, fortalecendo a resistência à imposição dos consórcios construtores.

Portanto, a conclusão que podemos tirar é que as usinas no rio Madeira darão lucro a grandes empresas, principalmente privadas, com um alto financiamento público através do BNDES, deixando para trás um custo social e ambiental irreparável. Então nos perguntamos: energia, desenvolvimento e progresso para quê e para quem?

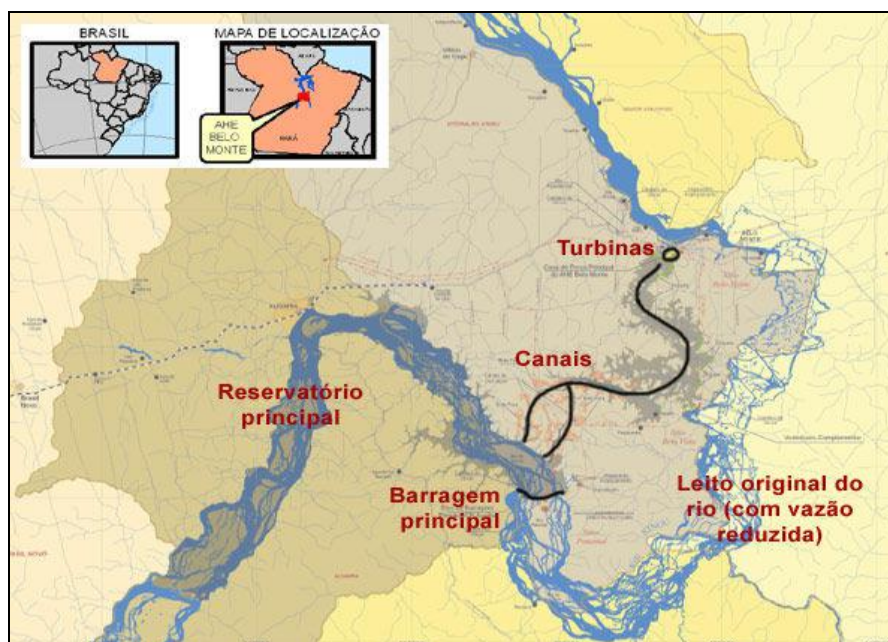
Mesma situação é a que ameaça toda a população ribeirinha ao Xingu, no Pará. No relatório publicado no fim de 2009, o painel de especialistas de várias universidades nacionais e internacionais condenou a usina de Belo Monte depois de se debruçar sobre o estudo de impacto ambiental. A condenação é sobre as sérias conseqüências ambientais, a inviabilidade econômica, ameaça à biodiversidade e problemas técnicos (diante da potência instalada, a energia efetivamente gerada é muito baixa, apenas 39%).

---

<sup>5</sup> Assista aos vídeos “Complexo Madeira expulsa ribeirinhos” e “A questão social do rio Madeira”. Os vídeos estão disponíveis pelo site: <http://www.mabnacional.org.br/multimedia/videos.html>

Os pesquisadores Sônia Magalhães e Francisco Hernandez<sup>6</sup> denunciam que a onda de discursos dos defensores da barragem sobre a viabilidade do projeto é falsa. Eles destacam como paradigmática a situação da Volta Grande do Xingu, considerada pelo Ministério do Meio Ambiente como área de importância biológica extremamente alta: “Se construída a barragem, essa área poderá sofrer uma redução drástica da oferta de água e do lençol freático, comprometendo o modo de vida dos povos indígenas Juruna, Arara e Xikrin e de milhares de famílias ribeirinhas e destruindo toda a floresta de seu entorno e toda a biodiversidade aquática e terrestre, incluindo espécies e cavernas que não foram estudadas. Nem sequer há estudos que possam avaliar completamente o que ali acontecerá, pois o EIA não os fez. Ademais, nenhum centímetro quadrado dessas terras é assumido pelos empreendedores como área diretamente afetada”, declararam os pesquisadores.

### Mapa da região prevista para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte



Fonte: Foto EIA-RIMA/Montagem Globo Amazônia

Portanto, o que vemos é a saga da Amazônia se repetir no Pará, onde há 25 anos foi construída a barragem de Tucuruí para o mesmo fim que será construída Belo

---

<sup>6</sup> Sônia Barbosa Magalhães é doutora em antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em sociologia pela Universidade de Paris 13, é professora da UFPA. E Francisco Del Moral Hernandez é mestre em energia pela USP e pesquisador do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP.

Monte: produzir energia para as indústrias eletrointensivas. E assim como Tucuruí foi construída com dinheiro público, Belo Monte também será. O orçamento previsto para esta barragem é de 30 bilhões de reais, custo que vem recaindo sobre a União, conforme matéria do jornal Valor Econômico, de 16 de outubro de 2009:

Energia: Governo recebe pleito dos investidores, que querem evitar os chamados riscos de força maior do projeto

#### **Tesouro poderá garantir usina de Belo Monte**

O Tesouro Nacional poderá garantir os riscos ambientais, geológicos, de força maior e de atos de governo na construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. A reivindicação foi lançada pelos empreendedores interessados no projeto e a Casa Civil tem intermediado as negociações entre os diversos agentes envolvidos. Alguns administradores importantes da Casa Civil e do BNDES gostam dessa ideia pois, com o governo assumindo esse risco, a concorrência no leilão estaria garantida.

Basicamente a proposta é que o Tesouro faça um empréstimo ao BNDES com condições estabelecidas em contrato que reflitam a assunção do risco pelo governo. O BNDES, por sua vez, replicaria estas condições à concessionária que estiver à frente de Belo Monte. Desse modo, o banco estaria com sua exposição neutralizada e os investidores isentos de assumir riscos como, por exemplo, uma decisão judicial que paralise as obras por questões de licenciamento ambiental. Esta é uma das hipóteses.

### **Valor Econômico: caracterizações**

O jornal Valor Econômico tem sua sede em São Paulo, com sucursais em Brasília e no Rio de Janeiro. Foi fundado em maio de 2000 e é o resultado da união de dois grandes grupos de comunicação do Brasil: Folha de São Paulo e Organização Globo. Seu conteúdo é destinado ao público de classes A e B. Um dos recursos de verificação desse elemento é pela cobertura do jornal, que prioriza pautas ligadas à economia, negócios e finanças. Conforme a própria política editorial, “(...) o jornal publica quatro cadernos diários com os temas mais relevantes do mercado e toda semana traz artigos e comentários de alguns dos principais economistas e analistas da economia brasileira e internacional” ([http://www.valoronline.com.br/midiakit\\_impreso/ojornal.html](http://www.valoronline.com.br/midiakit_impreso/ojornal.html), acesso em 19 de janeiro). O Caderno A é destinado às matérias relacionadas ao Brasil, política nacional e

internacional. O Caderno B é destinado às matérias sobre empresas, o C às matérias sobre finanças e o Caderno D à investimentos.

O segundo recurso de verificação do público alvo do jornal é o resultado de uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 2007, quanto ao perfil dos leitores:

- 42% são classe A. A média de jornais é de 12%;
- Proporcionalmente à média de jornais, o Valor Econômico possui seis vezes mais pessoas com renda familiar superior a 20,7 mil reais/mês;
- 50% dos assinantes do Valor ocupam cargos de decisão.

Outros fatores que revelam a classe dos leitores são os hábitos de lazer, conforme demonstra a mesma pesquisa:

- 75% costumam fazer compras em shopping. A média de jornais é de 56%;
- 66% costumam jantar fora de casa. A média de jornais de 33%;
- 49% costumam ir a concertos/shows. A média de jornais é de 32%;
- Proporcionalmente à média de jornais, o Valor Econômico possui 6 vezes mais pessoas que praticam esportes de elite.

Quanto ao alcance do jornal no país, em julho de 2009, a estimativa do próprio jornal era de 192 mil leitores. Com relação à distribuição do jornal, em São Paulo são distribuídos 29.697 exemplares; no Rio de Janeiro, 11.079; em Minas Gerais, 3.518; no Paraná, 2.200; no Rio Grande do Sul, 1.529; no Distrito Federal, 2.063 e na Bahia, 747, exemplares num total de 56.935 exemplares impressos diariamente e circulação líquida total de 53.341 exemplares. Ou seja, mais da metade da tiragem que circula pelo país é distribuída em São Paulo, o centro econômico do país, sede das principais empresas nacionais e estrangeiras. Outro dado relevante com relação às assinaturas é que 48,60% dos assinantes são pessoas físicas e 51,40% são pessoas jurídicas, indicando o interesse de empresas e seus executivos no conteúdo veiculado.

Além dos cadernos, o jornal Valor Econômico também publica o Valor Econômico Setorial, uma série de estudos que analisa setores da economia, entre eles: florestas plantadas<sup>7</sup>, indústria do cimento, mineração, energia elétrica e outros 36 setores. Para termos uma idéia da relevância que o jornal dá ao setor de energia elétrica

---

<sup>7</sup> O termo florestas plantadas é usado pelo próprio jornal, e não sem propósitos. Faz parte da lógica de estabelecer na opinião pública a ideologia de que as grandes áreas de eucaliptos e pinos são florestas, idéia totalmente contestada pelos movimentos da Via Campesina e outros.

e o que foi abordado sobre o assunto no estudo publicado em 2008, abaixo transcrevo a apresentação do mesmo:

#### “Apresentação

O Valor Análise Setorial “Energia Elétrica” tem como foco uma das áreas mais importantes do setor de infra-estrutura e que vem gerando intensos debates diante da possibilidade de o Brasil ter de enfrentar um racionamento no início da próxima década. O estudo está dividido em duas partes. A primeira aborda a estrutura do setor e seus movimentos recentes. Já a segunda traz o perfil de grupos e empresas que atuam no setor elétrico brasileiro.

A análise trata de cada um dos segmentos que compõem o mercado de energia elétrica: geração, primeiro elo dos negócios do setor de energia elétrica e que no Brasil ainda é dominado por estatais; transmissão, segmento fundamental para garantir a oferta de energia em todo o País; distribuição, que atende um mercado dividido entre consumidores cativos e consumidores livres; além da comercialização, que é a compra e venda de energia elétrica no mercado de livre negociação.

O capítulo “Geração” tem informações sobre a estrutura do segmento, tais como capacidade do parque gerador brasileiro; principais grupos e empresas produtoras de energia elétrica instalados no País; distribuição regional da geração de energia elétrica; as perspectivas de expansão do segmento, entre outros assuntos.

O capítulo “Transmissão, Distribuição e Consumo” trata da estrutura do segmento de transmissão, com dados do Sistema Interligado Nacional (SIN) e dos Sistemas Isolados, com base no Atlas da Energia Elétrica no Brasil, da Aneel; as principais empresas; informações sobre os leilões de transmissão; e os investimentos estimados. A área de distribuição e o perfil do consumo também são assuntos desse capítulo.

Entre outros capítulos desta análise estão: “Marco regulatório”, “Fontes alternativas”, “Recursos não-renováveis”, “Recursos renováveis” e “Fontes de financiamento”. Em “Marco regulatório”, o leitor tem uma visão da evolução do ambiente institucional do setor elétrico, que passou por profundas transformações entre 1993 e 2004.

Os capítulos “Fontes alternativas”, “Recursos não-renováveis” e “Recursos renováveis” tratam da atual matriz energética do País e das perspectivas de mudanças que poderão ocorrer nos próximos anos, quando o segmento de energia hidráulica deverá perder importância. Ainda abordam as tendências para fontes de energia como gás natural, carvão mineral e energia nuclear (insumos não-renováveis), além das fontes naturais (insumos renováveis), que vêm ganhando importância cada vez maior diante da crescente preocupação dos governos de vários países com o fenômeno do aquecimento global. Finalmente, o capítulo “Programas de financiamento” mostra os principais mecanismos de financiamento aos projetos do setor de energia elétrica.

A segunda parte do trabalho apresenta perfis dos principais players desse mercado no Brasil, os quais atuam na geração, transmissão e distribuição de energia. Traz informações como histórico, composição acionária, desempenho recente (informações financeiras), investimentos e estratégia de mercado. O estudo também terá um amplo anexo com estatísticas do setor no Brasil.” (2008, p. 6 e 7)

Com esta breve caracterização do público alvo e aspectos gerais de distribuição do jornal podemos ter as noções preliminares do conteúdo das matérias que representam a construção de barragens, especialmente na Amazônia.

## **O jornalismo no sistema capitalista e suas representações**

Entender o jornalismo, tal como ele está estruturado hoje nas empresas de comunicação, é fundamental para este trabalho, pois o consideramos um elemento estruturante da sociedade de classe. Primeiro porque se insere na lógica da produção de mercadorias, sendo que os meios de comunicação são empresas privadas e o próprio produto comunicacional um bem vendido e comprado. E segundo porque, como afirma Bourdieu (1997, p.106), o campo jornalístico está permanentemente sujeito à prova dos veredictos do mercado, através da sanção direta, da clientela ou, indireta, do índice de audiência. É o que confirma Marilena Chauí ao dizer que os meios de comunicação são uma indústria (a indústria cultural) regida pelos imperativos do capital. “Tanto é assim que, sob a ação da forma econômica neoliberal ou da chamada globalização, a indústria da comunicação passou por profundas mudanças estruturais, pois num processo nunca visto de fusões e aquisições, companhias globais ganharam posição de domínio na mídia” (2006, p.76). É o caso do próprio jornal Valor Econômico, uma fusão entre os jornais Folha de São Paulo e O Globo.

Para o estudo que faremos devemos partir do princípio de que o campo do jornalismo e o campo da economia e da política estão intimamente ligados e que isso determina o uso da linguagem. Mas antes de entrar na análise em si, cabe algumas conceituações sobre o que significa a representação no jornalismo e como ela aparece no discurso. A representação é o processo através do qual os membros de uma cultura fazem uso da linguagem (geralmente definida como qualquer sistema que dispõe de signos, qualquer sistema de significação) para produzir sentido. Essa definição, por sua vez, carrega a importante premissa que as coisas – objetos, pessoas e eventos do mundo – não têm nelas nenhum significado final ou verdadeiro. Somos nós, na sociedade, dentro de culturas humanas – que fazemos as coisas terem sentido, significar (Hall, 1997, p.61). E tal qual menciona Bruner, é a cultura e não a biologia que molda a vida e

a mente humana, que dá significado à ação, situando seus estados intencionais subjacentes em um sistema interpretativo (apud Mungiolli, 2002, p.53).

A representação através da linguagem passa a ser central para os processos pelos quais é produzido o significado. Basicamente, linguagens funcionam através da representação porque fazem uso de elementos que representam o que queremos dizer. Uma notícia, por exemplo, nessa ótica não terá sentido sozinha. Ou seja, é a cultura midiática, a partir de uma linha editorial, que representa, que dá o sentido, que constrói, através do discurso, a mensagem sobre as barragens na Amazônia. Cabe ao leitor, pelo processo de recepção, adotar uma postura quanto à decodificação dessa mensagem, se a aceita tal como codificada; se a questiona, mas acaba aceitando-a; ou se a rejeita.

Segundo Hall (1997), é através do uso que fazemos das coisas, o que dizemos, pensamos e sentimos – como representamos – que damos significado. Ou seja, em parte damos significado aos objetos, pessoas e eventos através da estrutura de interpretação que trazemos. E, em parte, damos significado através da forma como as utilizamos, ou as integramos em nossas práticas do cotidiano. Segundo a síntese de Motter: ocorre um processo seletivo e uma interpretação desse ato de apreensão: certas coisas da situação exterior são valorizadas, outras ignoradas ou parcialmente distinguidas<sup>8</sup>.

Assim, consideramos o jornalismo como um campo fundamental para compreendermos como a realidade é construída diariamente e, dentro dele, a notícia como uma forma atual de contato com o mundo. A notícia pode ser vista como um produto sociocultural, resultado da atividade diária dos jornalistas, os quais, a partir da cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos, dos códigos particulares (as regras de redação), da língua e das regras do campo das linguagens, no trabalho de enunciação, produzem discursos. Em síntese, a notícia é a informação transformada em produto de consumo mediante técnicas de redação jornalística, portanto a notícia é sempre uma versão de um fenômeno social, não a tradução objetiva, imparcial e descomprometida de um fato. Dessa forma, para representar o cotidiano dando-lhe um tratamento jornalístico, a imprensa realiza verdadeiras construções sobre os acontecimentos.

---

<sup>8</sup> Disponível em: [http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=34&cod\\_not=914](http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=34&cod_not=914)> Acesso em 19 jan. 2010.

Assim, podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas (Orlandi, 1999, p.42). Na maioria dos campos sociais, tal qual o conceito de Bourdieu, seus agentes e participantes estão em permanente luta para estarem mais bem classificados em seu interior – isto é, melhor posicionados no campo – por isso buscam acumular capital simbólico que vai possibilitar no futuro a reconversão em ganhos materiais e concretos. No campo da mídia e/ou no campo político isso não é diferente, ou seja, para ele as representações se materializam nas práticas sociais e nas instituições, mas sem autonomia em relação a si próprias.

Ainda com a contribuição de Hall (1997), e neste mesmo sentido, representar é lutar pela imposição de significados. E no jornalismo, a representação sempre será mediada pela linguagem, pois se a linguagem atribui sentido, os significados só podem ser partilhados pelo acesso comum a ela. Sendo assim, o papel das representações postas em circulação pela mídia vai assumir uma importância particular, já que são elas que organizam e regulam as mais diversas práticas sociais. E assim, como sintetiza Santi:

representar, então, pode ser entendido como a associação de significados a um determinado fato e/ou produto, através dos quais surge o sentido do próprio fato, que nunca é direto, mas sempre representado pelas linguagens. Parte-se, por conseguinte, do pressuposto de que a realidade pode existir fora da linguagem, como de fato existe, mas ela é sempre mediada por e através da linguagem que produz, através do discurso, tanto o que nós sabemos quanto o que dissemos. (2009, p. 37 e 38)

Partimos do princípio de que o jornalismo sustenta-se num bloco hegemônico de representações, relacionáveis sempre com a ideologia. Portanto, o jornalismo sempre é portador/construtor de discursos dentro de um contexto social, sempre em relação ao que se quer apontar para a sociedade. Como apontam Jacks, Machado & Muller,

Não existe jornalismo sem aquilo que costumamos compreender como exterior: os fatos, as relações de poder, os contextos sociais, os saberes históricos, as decisões políticas, os interesses econômicos, as crenças religiosas, as concepções estéticas. Tudo isso constitui o discurso. O discurso é o resultado de tudo que lhe é exterior. Em um movimento complexo, o jornalismo mostra e esconde o que convém aos seus enunciadores por meio de estratégias discursivas. (2004, p. 41)



E é com este referencial que faremos a análise do discurso do jornal Valor Econômico, a partir do contexto exposto acima referente ao direcionamento político e econômico de construção de barragens na Amazônia.

## **A ordem do discurso do Valor Econômico**

Quando neste trabalho nos propomos a fazer uma análise do discurso usado pelo jornal Valor Econômico para a legitimação das usinas hidrelétricas na Amazônia, tínhamos como hipótese que o discurso segue uma ordem baseada na imposição da informação, seja pela linha editorial assumida pelo veículo de comunicação, seja pela força do poder econômico – no caso deste estudo, centralizado nas empresas construtoras das obras.

Início comprovando a hipótese com um primeiro caso bastante exemplar: o convite da empresa Odebrecht e da concessionária Santo Antônio Energia para que a repórter do jornal, Josette Goulart, viajasse até Porto Velho para uma visita à construção da Usina Santo Antônio. As matérias foram publicadas nos dias 29 de abril e 13 de maio com os seguintes títulos, respectivamente: *Governo de Rondônia ameaça obra de Jirau* e *Porto Velho está em busca de porto novo*, sendo que esta última matéria é a mais longa da mostra, com 8.216 toques. A Odebrecht é a acionista principal do consórcio Santo Antônio Energia, e concorre com o consórcio Enersus, dono da barragem de Jirau. Mesmo que indiretamente, o consórcio Enersus recebe críticas nas duas matérias, sendo que neste caso, o governo do estado de Rondônia é a ponta de lança, como demonstra a transcrição abaixo:

O governador do estado de Rondônia "embolou o angu", como dizem os rondonenses, dos executivos da Enersus. O governador Ivo Cassol (sem partido) disse que o Estado não vai permitir que a obra prossiga, já que parte dela ocupa área da reserva estadual Rio Vermelho e por isso dá essa prerrogativa ao governo estadual.

O tom contra Jirau tem sido duro e o governador disse ao Valor que essa situação chegou ao extremo porque os executivos da Enersus não se dispuseram, em nenhum momento, a conversar com o governo estadual, que quer discutir uma compensação financeira de impactos sociais de R\$ 250 milhões. (...)

A concessionária Santo Antônio Energia, que constrói a usina de mesmo nome em Porto Velho, e o consórcio construtor liderado pela Odebrecht não só estão compensando financeiramente como exibem uma harmonia

que aparenta inabalável com o governo do estado de Rondônia” (*Governo de Rondônia ameaça obra de Jirau*, 29/04/2009)

No segundo caso, no encerramento da matéria a jornalista retoma aspectos históricos de Porto Velho para justificar a necessidade de melhorias na cidade em função das obras de Jirau:

“Em janeiro de 1873, o Imperador Pedro II assinou o Decreto-Lei nº 5.024, autorizando navios mercantes de todas as nações subirem o Rio Madeira. Em decorrência, foram construídas modernas facilidades de atracação em Santo Antônio, que passou a ser denominado "porto novo".

O porto velho dos militares, entretanto, continuou a ser usado por sua maior segurança. Quase um século e meio depois dessa história que deu origem à cidade, Porto Velho vive novamente uma onda de investimentos e mais uma vez está em busca de um porto novo.” (Porto Velho está em busca de porto novo, 13/05/2009)

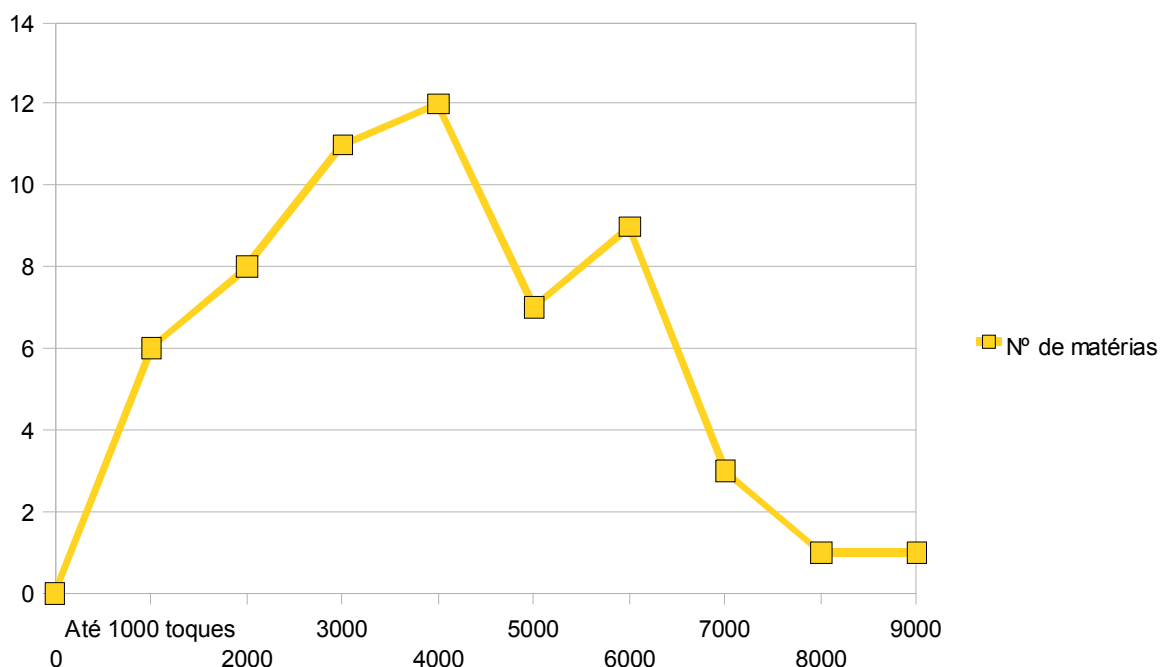
Com este caso, exemplifico a afirmação de Foucault, em seu livro *Ordem do Discurso*. Segundo ele,

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjugar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (1996, p. 9)

Mas antes de entrar nas análises em si, cabe retomar alguns passos do trabalho. Tal como mencionei no início, o corpus do trabalho é composto pela seleção de matérias que contém no título o nome das barragens (Jirau, Santo Antônio e Belo Monte), ou o nome do rio onde estas barragens estão sendo construídas (Rio Madeira e Rio Xingu), ou as cidades onde elas se localizam (Porto Velho e Altamira) e/ou também a palavra Amazônia. Para a análise quantitativa, serão usadas todas as matérias com este recorte, porém para a análise qualitativa, será usada somente uma matéria veiculada por semana, selecionada aleatoriamente.

Quanto a aspectos gerais, a jornalista que mais cobre a editoria de energia é Josette Goulart, de São Paulo, tanto que das 58 matérias selecionadas, 26 foram redigidas por ela. O segundo que mais escreve é Daniel Rittner, de Brasília, sendo que do total de matérias, oito foram suas. Consideramos que o ponto forte do jornal é

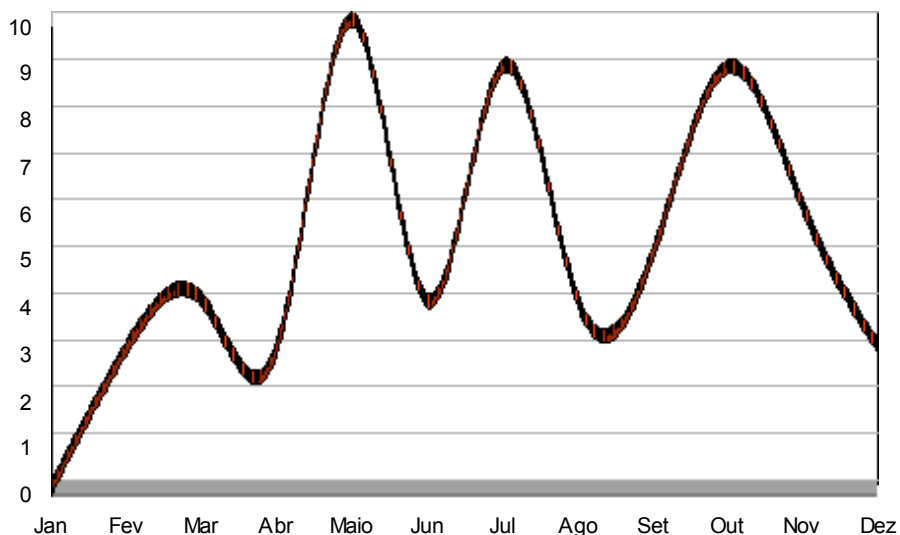
propriamente os textos, já que os apoios em infográficos e fotografias não ganham destaque<sup>9</sup>. A ilustração da página quase sempre é o close da fonte principal, e em diversos casos, a fotografia se repete em matérias diferentes ao longo do ano. Sendo assim, as matérias do jornal Valor Econômico são longas, uma característica assumida por jornais que aprofundam o tema, sempre dão voz a mais de uma fonte e abordam assuntos paralelos junto ao tema principal. Tanto que, das 58 matérias selecionadas em 2009, mais da metade, ou seja, 38 delas têm entre 2 mil e 5 mil toques, conforme o gráfico abaixo, que demonstra também o número de matérias conforme a quantidade de toques.



Fonte: Pesquisa da autora

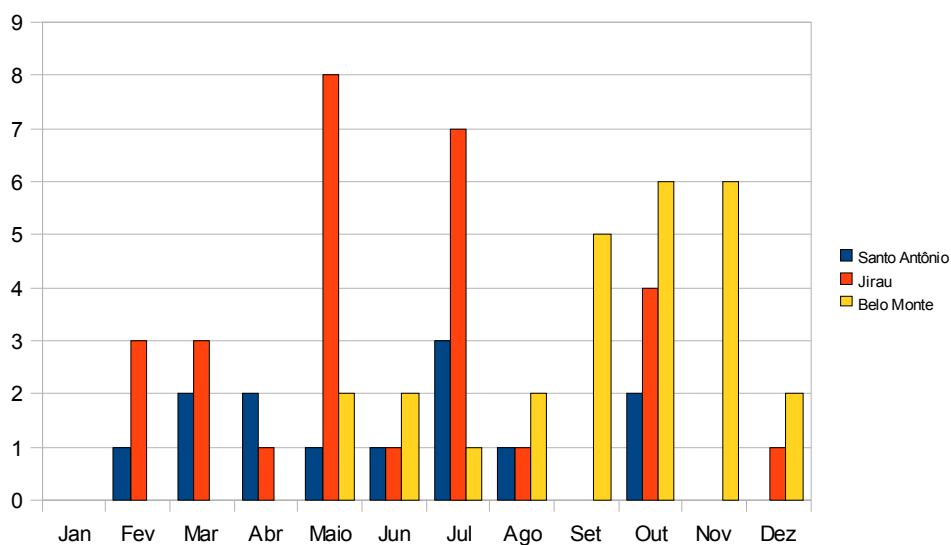
Este próximo gráfico demonstra o número de matérias publicadas em cada mês. O mês de maio foi o mês com o maior número, com dez matérias, seguido do mês de julho e outubro, com nove matérias em cada um deles. Em janeiro não foi registrada nenhuma matéria com os temas propostos, mesmo assim, a média mensal foi de 4,83 matérias, um nível elevado se considerarmos o recorte dado à seleção.

<sup>9</sup> Em todo o trabalho associa o texto e a fotografia em apenas um caso, como veremos adiante.



Fonte: Pesquisa da autora

Com relação à incidência das pautas nas matérias, visualizamos que a usina hidrelétrica de Jirau esteve mais presente durante o ano, culminando com o mês de maio, cuja pauta apareceu oito vezes, justamente o período em que a barragem esteve ameaçada de ter suas obras suspensas por problemas ambientais. Além disso, o gráfico a seguir demonstra que a barragem de Santo Antônio não esteve tão presente nas pautas como as outras duas. Isso porque esta obra teve destaque no jornal em todo o ano de 2008, pois que o leilão aconteceu em dezembro de 2007 e no ano seguinte já estava em pleno andamento. Por outro lado, no primeiro semestre de 2009, a barragem de Belo Monte não esteve em pauta com tanta intensidade, se compararmos ao semestre seguinte, justamente quando iniciaram as especulações sobre os acionistas e a divulgação sobre os estudos do novo projeto.



Fonte: Pesquisa da autora

Como verificamos anteriormente, o jornalismo sempre é portador/construtor de discursos dentro de um contexto social, e não existe jornalismo sem os fatos, as relações de poder, as decisões políticas, os interesses econômicos. Portanto, o jornalismo mostra e esconde o que convém aos seus enunciadores. É com este referencial que tiramos algumas conclusões sobre os aspectos quantitativos da pesquisa. Primeiramente devemos mencionar que a pauta “usinas hidrelétricas”, no jargão jornalístico, é considerada uma pauta quente<sup>10</sup>, ou seja, com uma média mensal de quase 5 matérias, podemos dizer que usinas hidrelétricas é sempre a pauta do dia. E como vimos, nos momentos de maior tensionamento para a liberação da licença de Jirau, foi justamente o período em que mais matérias foram veiculadas. Mesma situação aconteceu no segundo semestre de 2009, com Belo Monte. Quando chegou a vez de colocá-la em cena, foram publicadas diversas matérias sobre o tema. Já com Santo Antônio, como a construção já estava em pleno andamento, foi a pauta que menos apareceu no ano. Em síntese, o jornal publica sobre o tema sempre que o momento requer alguma pressão para acelerar os licenciamentos, financiamentos, etc. No entanto, em várias situações de conflito e mobilizações que ocorreram em Porto Velho, inclusive com deportação de bolivianos que participavam das ações de luta do Movimento dos Atingidos por Barragens, isso sequer foi mencionado pelo jornal.

Quanto à análise qualitativa das matérias, o enfoque que darei é para o discurso que legitima as obras na Amazônia, destacando os aspectos mais relevantes das matérias. Início com a matéria publicada no dia 20 de outubro, na qual a fonte entrevistada, a secretária-executiva do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) afirma que perante as novas demandas de infraestrutura do país, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) estuda uma forma de emitir licenças regionais, em vez de ter de fazer um estudo para cada empreendimento. Este enfoque reforça uma orientação do Banco Mundial ao governo brasileiro para o licenciamento de usinas hidrelétricas por bacias hidrográficas e não caso a caso.<sup>11</sup> Porém, o destaque para a matéria é que o risco de um novo apagão no Brasil justificaria novas barragens na

---

<sup>10</sup> Pauta quente é considerada uma notícia factual, sobre os eventos do dia, ou de relevância no período.

<sup>11</sup> O mesmo caso acontece na publicação do dia 4 de dezembro, no qual “Bignelli cita, ainda, que quer acelerar a reformulação da análise ambiental por região, em vez de ter de fazer um EIA para cada projeto. Isso agilizaria a expansão de empreendimentos, ou novas obras vizinhas a outros já licitados. Essa meta já foi declarada pelo Ministério do Meio Ambiente. Essa é a mesma opinião de Benjamin: ‘Se há projetos por toda a bacia amazônica e precisamos gerar energia, por que não fazer uma avaliação ambiental integrada antecipadamente?’” (*Parecer do Ibama listou 16 pendências em Belo Monte, 04/12/2009*)

Amazônia, que conta com cerca de 60% do potencial para novas hidrelétricas no país. E mesmo alegando preocupações ambientais, para ela, todos os lados envolvidos no processo de liberação de usinas devem se aperfeiçoar para acelerar as licenças. Ou seja, pelo próprio Ministério do Meio Ambiente, essas obras devem ser feitas.

Um recurso bastante utilizado para legitimar a construção de barragens na Amazônia é dar discursividade positiva através do alto escalão do governo e do próprio presidente Lula. Neste caso, a figura do presidente foi usada em virtude da visita que fez a Rondônia em março, quando da aprovação do projeto de Jirau pela Aneel: “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vistoriou ontem as obras das duas usinas, em companhia dos principais executivos dos consórcios”, declara o jornalista que assina a matéria em 13 de março<sup>12</sup>. Ou seja, se o próprio presidente da república vistoriou a construção das barragens (fotos abaixo) e não encontrou nenhuma irregularidade, mãos a obra! Irônico, porém não foi por acaso que o presidente esteve no local nesta situação e sua presença foi usada pelo jornal. A mudança no eixo da barragem foi muito polêmica, e até o período do leilão essa mudança não havia sido mencionada pelos vencedores, que na matéria alegam a economia de 1 bilhão de reais e o início da geração de energia antecipada em um ano.

#### **Presidente Lula em visita ao canteiro de obras da UHE Jirau, em março de 2009**



Foto: Agência Estado



Foto: Ricardo Stuckert-PR

Outros casos também ilustram o uso do alto escalão do governo:

---

<sup>12</sup> Cabe destacar que durante este período, o Movimento dos Atingidos por Barragens estava acampado em Porto Velho, em função da Jornada Nacional de lutas do 14 de março, para reivindicar indenização às famílias atingidas. Porém este fato não foi mencionado na matéria.

Principal executivo da subsidiária brasileira da Alcoa, maior produtora mundial de alumínio, Feder informou ter apoio da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff para garantir a participação no leilão da usina de 11,2 mil megawatts. "A Casa Civil e a ministra Dilma sabem disso e apóiam o nosso pleito", afirmou. (...) Sob a alegação dos grandes benefícios econômicos e sociais ao Estado gerados pelos investimentos de indústrias como a Alcoa no Pará, Ana Júlia também pressionou a ministra Dilma Rousseff a aceitar a volta da figura do "autoprodutor" de energia no megaprojeto de Belo Monte. (...) Ontem, em Londres, Feder, entregou pessoalmente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Londres, um convite para a cerimônia de inauguração da expansão da refinaria de Alumiar, em São Luís (Maranhão). A presença do presidente poderia pesar a favor da escolha do Brasil para novos investimentos da Alcoa, desta vez em geração de energia, especialmente no complexo de Belo Monte. *(Interessada em Belo Monte, Alcoa festeja a possibilidade de participar do leilão, 05/11/2009)*

O que se percebe no decorrer das matérias é a costura que o jornalista faz no discurso dando sempre legalidade às ações de interesse das empresas, ou então que os avanços nas obras seguem seu curso com o aval do governo federal, através da Aneel, Dnit, IBAMA, Eletrobrás. A seguir, elenco algumas situações ilustrativas desta ordem:

Esse é o segundo pedido de antecipação do cronograma da obra, que já tinha permissão para entrar em operação em maio de 2012. Se o novo pedido for aceito pela Aneel, a usina vai colocar no sistema interligado nacional uma potência instalada de cerca de 71,5 megawatts (MW) já em dezembro de 2011. *(Santo Antônio pede autorização na Aneel para operar em 2011, 22/04/2009)*

Essa urgência para uma solução, em função principalmente da usina de Jirau, fez com que o grupo de gerenciamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) encarregasse o DNIT de resolver a questão. O departamento realiza hoje uma reunião com representantes das indústrias, das usinas e dos governos estaduais e municipais, e ainda do Ministério dos Transportes, para tentar encontrar soluções possíveis para o atual porto de Porto Velho. *(Porto Velho está em busca de porto novo, 13/05/2009)*

A janela hidrológica foi um dos argumentos usados para a liberação da concessão da licença prévia de instalação do empreendimento. O então diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, chegou a fazer uma recomendação pessoal ao IBAMA para que a licença fosse concedida. Foi quando o presidente do instituto, Roberto Messias, deu a autorização, em 14 de novembro, para construção do canteiro de obras e as ensecadeiras - por entender que estas obras podem ser revertidas. Mas a janela hidrológica não estava mais aberta. *(Jirau para e custos das obras sobem, 21/05/2009)*

Enquanto espera o licenciamento ambiental da hidrelétrica de Belo Monte, travado há duas semanas por uma liminar da Justiça Federal em

Altamira (PA), o governo já trabalha nos arranjos do leilão da usina. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deverá manter a possibilidade de que o grupo vencedor da licitação faça mudanças no projeto original, como ocorreu com a hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, onde a multinacional franco-belga Suez Energy abriu uma polêmica ao alterar em mais de nove quilômetros o eixo da usina. (*Governo tenta superar impasses de Belo Monte*, 16/06/2009)

O presidente da Eletrobrás, José Antonio Muniz Lopes, disse ontem que o governo e a empresa trabalharão sem interrupção para que o leilão da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), seja realizado na data prevista, dia 21 de dezembro. "Sou muito otimista. Vamos trabalhar de manhã, de tarde e de noite. Na noite de quarta-feira, o IBAMA conseguiu suspender uma liminar que exigia a realização de mais audiências públicas na região atingida pela usina. A decisão tinha sido dada por um juiz federal em Altamira (PA). Sem a liminar, o órgão ambiental retomou o licenciamento prévio para a construção da hidrelétrica, que terá capacidade de 11,23 mil MW. (*Data para leilão de Belo Monte será mantida, prevê Eletrobrás*, 13/11/2009)

Nos casos abaixo, mesmo que alguns setores do governo ou do Ministério Público coloquem barreiras ao avanço das obras, o discurso do jornal aponta que quem tem mais poder dentro do governo terá a última palavra:

Em um inesperado revés para a concessionária Energia Sustentável (ESBR), liderada pela multinacional Suez Energy, a equipe técnica do IBAMA deu parecer contrário à licença de instalação da usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira. Os técnicos apontaram que 11 das 32 condicionantes definidas pela autarquia na licença prévia têm "algum tipo de pendência". Essa avaliação pode ser revertida, mas coloca o governo em situação semelhante à vivida em 2007, na primeira etapa do licenciamento das usinas do Madeira, quando a resistência do IBAMA em dar sinal verde para o projeto levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a interferir pessoalmente nas negociações. O presidente do IBAMA, Roberto Messias, disse ao Valor que os pareceres "sempre são reversíveis". No caso de Jirau, ele afirmou que uma seqüência de reuniões e esclarecimentos nos últimos dias pode ter resolvido as pendências. "Estamos caminhando para o arredondamento (das questões). Nada compromete, absolutamente (a emissão da licença)", explicou o presidente. (*Técnicos do IBAMA negam licença de instalação para hidrelétrica de Jirau*, 27/05/2009)

Apesar da existência de uma liminar que congelou o processo de licenciamento da usina, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse ontem que Belo Monte estará pronta para ir a leilão no segundo semestre. Ele acredita que será derrubada ainda nesta semana a liminar que impede a marcação das audiências públicas sobre o projeto - parte obrigatória do licenciamento prévio. (*Governo tenta superar impasses de Belo Monte*, 16/06/2009)



O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmou ontem que o leilão para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), será realizado ainda neste ano, apesar de a Justiça do Pará ter suspenso, no início de junho, a aceitação dos estudos de impacto ambiental da obra. Lobão disse esperar rapidez nas decisões judiciais sobre o assunto. "A Justiça, nesse ponto, tem ajudado muito. Ela decide com rapidez essas questões, e é necessário que seja assim. Essas hidrelétricas não podem ficar paralisadas por queixas de organizações não governamentais ou do Ministério Público. É preciso que haja uma decisão judicial com rapidez. O governo, por sua parte, tem cumprido sempre as decisões judiciais", disse o ministro, após reunião na Casa Civil em que se discutiu o modelo de licitação a ser adotado na usina. *(Lobão diz que leilão de Belo Monte sai este ano, 02/07/2009)*

Tida como um dos principais aparatos ideológicos de manutenção do status quo, no caso em estudo, a mídia não deixa de cumprir seu papel dando destaque ao discurso que coloca setores da sociedade contrários a construção de barragens como contrários ao progresso e causadores de prejuízos, ou seja, a representação que o jornal faz dos que são contra a barragem, não é, de forma nenhuma, positiva:

Lobão lembrou que, no caso de outras usinas, também houve enfrentamentos na Justiça. "Foi o que aconteceu com Estreito, assim tem sido com Jirau, Santo Antônio e será com Belo Monte, lamentavelmente." Ele disse que o Brasil tem o modelo energético mais limpo de mundo e que não se pode comprometer esse modelo em razão de "má vontade de segmentos da sociedade". *(Lobão diz que leilão de Belo Monte sai este ano, 02/07/2009)*

As obras da usina hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, foram paralisadas ontem em função de um protesto dos moradores da Floresta Nacional do Bom Futuro. (...) Segundo a assessoria de imprensa da Energia Sustentável, a obra foi paralisada e o alimento aos 800 trabalhadores que estão no canteiro de obras teve de ser levado pelo rio. "Não há ainda uma estimativa do prejuízo causado pela manifestação", disse na nota a assessoria. *(Protesto paralisa as obras da usina de Jirau, 14/07/2009)*

O que assombra "dona" Maria Fé, católica praticante, e outros habitantes da região é o fantasma de Tucuruí. A usina que foi construída na cidade de mesmo nome, também no Pará, teve um impacto ambiental tremendo na região, demorou a pagar as indenizações para os moradores que tiveram que ser realocados e, segundo contam alguns altamirenses, a hidrelétrica não atraiu nenhuma indústria para a região e só instalou a violência. Esse discurso amplamente repetido é o mesmo usado pelos representantes da igreja católica na região, que são contra a usina. Reportagens na televisão ligada à igreja católica são amplamente repetidas sobre os problemas da usina de Tucuruí e que o mesmo pode acontecer agora com os moradores de Altamira. O Pará é um estado extremamente católico e em sua capital, todo segundo domingo do mês de

outubro, milhões se reúnem para a comemoração do Círio de Nazaré.  
(*Altamira está à espera do progresso*, 18/09/2009)

Por outro lado, quando interessa, o discurso do jornal dá voz à população local, afirmando que esta almeja alcançar uma nova vida com a construção das obras:

Neste cenário, em que não existem grandes perspectivas de geração de emprego, é na usina hidrelétrica de Belo Monte que boa parte da população vê a solução para todos os males. Com uma história de exploração da madeira, em que muitas serrarias clandestinas contribuíram para o desmatamento da região, a maior parte dos habitantes das onze cidades que serão afetadas pelas obras da barragem preocupa-se mais com o progresso que podem desfrutar do que com os efeitos que a obra pode trazer à Floresta Amazônica e a um de seus principais rios, o Xingu. Eles acreditam que finalmente o asfalto para os cerca de 400 quilômetros da Transamazônica, que ligam a região à Marabá, chegará na esteira da hidrelétrica, atraindo indústrias e com isso gerando emprego. (...) Enquanto o leilão não chega, o nivelador Deivisson da Silva, de 26 anos, desempregado há três meses, joga vídeo game com seu filho em sua casa, próxima ao Igarapé Altamira. Silva não está preocupado porque sabe que seu emprego está garantido quando as obras da usina começarem.  
(*Altamira está à espera do progresso*, 18/09/2009)

Mas mesmo quando coloca a versão da população local contra a barragem, as matérias não deixam de lado a linha editorial do jornal, isso aconteceu na matéria que abordou o encontro do cantor Sting com uma liderança indígena de Belo Monte, durante um show em São Paulo:

Aconteceu de novo, 20 anos depois. O músico inglês Sting encontrou-se ontem, em São Paulo, com o cacique caiapó Raoni. A conversa girou em torno do mesmo assunto de duas décadas atrás: a construção da usina Belo Monte no rio Xingu, no Pará, e a ameaça da barragem. Só que o momento do reencontro, a duas semanas da Conferência do Clima de



Copenhague, com a licença-prévia do IBAMA saindo do forno e um blecaute nacional há 15 dias, é uma batata-quente nas mãos do governo Lula. (*Vinte anos depois, usina de Belo Monte, no Xingu, une Raoni e Sting*, 23/11/2009)

Neste caso, vale dar destaque à conjunção usada depois de mencionar a notícia: “só que”, ou seja, coloca a primeira idéia de forma positiva, só que... E então segue o restante do texto, carregado de ideologia. Além disso, coloco em especial nesta citação, a foto do encontro publicada no jornal, onde os dois personagens estão de mãos dadas. Podemos fazer uma ligação direta com a última frase do recorte: “o reencontro... é uma batata-quente nas mãos do governo Lula”.

Outra consideração que devemos fazer é com relação à repetição do discurso, que leva à naturalização de tal ação, isso é o que acontece com as matérias que insistentemente apontam para o financiamento das obras pelo BNDES:

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 7,2 bilhões para a construção da hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, que terá capacidade instalada de 3,3 mil megawatts. O valor é o maior já aprovado pelo banco de fomento para um único projeto. Os recursos serão destinados ao consórcio Energia Sustentável do Brasil, sociedade de propósito específico formada por Suez, Eletrosul, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e Camargo Corrêa. O volume de recursos representa 68,5% do investimento total na construção da usina. *(BNDES aprova R\$ 7,2 bi para hidrelétrica de Jirau, 19/02/2009)*

O BNDES sinaliza que tentará dar melhores condições de financiamento do que as oferecidas para as usinas no rio Madeira. Segundo Nelson Siffert, superintendente da área de infraestrutura do banco, o prazo total de financiamento será de 25 anos. O normal são 16 anos. Esse período, porém, pode ser estendido até 30 anos. "Ainda estamos em negociações com o governo para tornar as condições mais atrativas", diz ele. *(Usina de Belo Monte vai custar R\$ 16 bi, 23/09/2009)*

As condições de financiamento estabelecidas pelo BNDES para o projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte e a pré-existência de linhas de transmissão no estado do Pará podem ser fatores decisivos para que o preço da energia do empreendimento fique no patamar daquele negociado nas usinas do rio Madeira. (...) De qualquer forma, o BNDES já se comprometeu a financiar diretamente R\$ 12 bilhões, sem contar com a possibilidade de repasses de outros bancos. Esse é o valor máximo, pelas regras da Basileia, que o banco pode emprestar diretamente para um único empreendimento levando em conta seu atual patrimônio líquido. Se o banco for capitalizado, esse valor pode ser até maior. Segundo Nelson Siffert, do BNDES, em última análise se os bancos privados replicarem as condições do financiamento também esse valor pode ser potencializado. *(Tarifa de Belo Monte pode ficar no nível fixado para o Madeira, 01/10/2009)*

O Tesouro Nacional poderá garantir os riscos ambientais, geológicos, de força maior e de atos de governo na construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. A reivindicação foi lançada pelos empreendedores interessados no projeto e a Casa Civil tem intermediado as negociações

entre os diversos agentes envolvidos. Alguns administradores importantes da Casa Civil e do BNDES gostam dessa idéia pois, com o governo assumindo esse risco, a concorrência no leilão estaria garantida. Basicamente a proposta é que o Tesouro faça um empréstimo ao BNDES com condições estabelecidas em contrato que reflitam a assunção do risco pelo governo. (*Tesouro poderá garantir usina de Belo Monte*, 16/10/2009)

## **Considerações finais**

Ao longo deste trabalho, busquei apresentar elementos teórico-conceituais e evidências textuais, visando à análise de discurso a partir de uma seleção de matérias veiculadas pelo jornal Valor Econômico durante o ano de 2009. Diante do exposto, sintetizo algumas idéias como considerações finais, tais como: a luta travada no interior do jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois nele se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, dar ou não dar voz.

Nesse caso, a voz dos sujeitos envolvidos na construção de barragens, sejam eles atingidos, governo ou empresas, aparece com muita disparidade. Os atingidos por barragens, por exemplo, não aparecem no sentido de expor suas preocupações, seus protestos e mobilizações. Quando aparecem, o termo protesto é no contexto de protesto contra o IBAMA, que aplicava multas aos agricultores, e nunca contra as empresas construtoras. Nos demais casos, os atingidos por barragens não figuram como fontes. Já a voz de empresários e governos tem lugar assegurado. Fontes ligadas aos ministérios, órgãos de licenciamento, presidentes de bancos e diretores de consórcios são as mais visadas.

No caso das matérias analisadas, o lugar de fala dos jornalistas esteve sempre muito bem definido. A correlação de forças da luta de classes – ou na falta dela - que determina a construção dos discursos aponta que formação discursiva dominante controla a circulação de dizeres e dita o que é permitido e proibido, o que é certo e errado dizer, configurando uma matriz representacional hegemônica para a questão. Esse sentido dominante, tecido na e pela trama ideológica, veicula o direito de construção de barragens por grandes empresas como um fator naturalizado.

Se entendemos que representar é lutar pela imposição de significados, a todo momentos percebermos essa luta. A partir da linha editorial do jornal, essa luta assume

um único sentido, ou seja, através do discurso que o jornal utiliza, ele legitima a construção de barragens na Amazônia. O discurso de progresso, por exemplo, usado inclusive nos títulos das matérias (“Porto Velho está em busca de porto novo” e “Altamira está à espera do progresso”), explicita a ideologia de que a Amazônia – aquela região “distante e atrasada” - é uma região do país que precisa das barragens para se modernizar. Portanto, no plano das idéias é que as obras se legitimam, e criar a idéia de escassez é mais uma das estratégias usadas. Aliás, a escassez não aparece só nos termos de desenvolvimento, mas também com relação à escassez de energia. Aí também se ancora outra linhagem do discurso verificada nas matérias veiculadas, justificando a urgência na construção das obras.

Outro elemento de destaque que utilizo como consideração final, também associando à falsa idéia de desenvolvimento, é a menção que o jornal faz entre a criação de empregos e a construção de barragens. Esta política de empregos propagandeada nas matérias veiculadas também carrega a ideologia da legitimação das obras. No entanto, os dados apresentados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, comparando o que poderia ser feito com o dinheiro de uma barragem, tanto para benefício da população, quanto na geração de um número muito maior de empregos, desmentem o falso discurso que associa a construção de barragens ao aumento de empregos<sup>13</sup>.

E se o sentido do texto não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, isso é muito válido para o discurso ambiental utilizado nas matérias analisadas. Este é um discurso resignificado, incorporado pelo Governo, e no discurso do jornal assume outro sentido, contrário ao sentido historicamente usado pelo MAB e demais movimentos sociais na contestação à construção de barragens. O jornal, o governo e as empresas se apropriaram de uma de nossas críticas mais contundentes e desenvolveu formas para criar uma imagem positiva associando a construção de barragens a mecanismos de desenvolvimento limpo e energias renováveis, abrindo espaços numa conjuntura onde a questão ambiental tem um apelo social muito grande. Considero que os movimentos sociais devem observar com cuidado estes novos conceitos sobre o meio ambiente e fortalecer a crítica que sempre fizeram, alertando para a falácia embutida no discurso midiático.

---

<sup>13</sup> Isso não deixa de acontecer, porém os empregos criados na construção de uma barragem são temporários. E acabando a construção da barragem, também acabam os empregos.

Como síntese geral, os fragmentos dos textos analisados não deixam dúvidas de que o discurso do jornal Valor Econômico legitima as barragens na Amazônia, levando os leitores a fazerem uma leitura positiva sobre essas obras, ou nos termos usados por Stuart Hall (2003, p. 401), uma leitura hegemônica. São apresentados argumentos que apontam para isso, como por exemplo, a ameaça de um novo apagão, o desenvolvimento das regiões onde as barragens são construídas, o peso da palavra de ministros e órgãos do governo, etc.

Se existir uma leitura crítica, de oposição ao texto codificado, esta não nascerá no interior do texto, mas da bagagem que o leitor já possui sobre o tema, já que a representação que o jornal faz das barragens na Amazônia é extremamente positiva, e sempre do ponto de vista das grandes empresas interessadas nas obras.

Por fim, considero relevante destacar que a legitimação das barragens pelo discurso, não é um “privilégio” do discurso do jornal Valor Econômico, mas se repete nos demais jornais de circulação nacional e também em veículos locais e regionais, como pude verificar em minha dissertação de mestrado<sup>14</sup>.

## **Indicações político – pedagógicas**

Oriento o uso deste texto como recurso político - pedagógico junto aos cursos de militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens. Sugiro, como exercício prático, que sejam selecionadas algumas das matérias em anexo e distribuídas ao grupo para que este faça sua análise sobre como o jornal emprega o discurso de forma a legitimar a construção de barragens na Amazônia. Além disso, seria interessante apontar quais os sujeitos envolvidos no contexto em que foi escrita a matéria e quais os interesses que a perpassam.

Aos acadêmicos de jornalismo, ciências sociais e de áreas afins, sugiro como complemento de leitura. Aos pós-graduandos nesta área, oriento que façam a leitura deste artigo associado à minha dissertação de mestrado: “A recepção de rádio e televisão por jovens do movimento dos atingidos por barragens: as representações da

---

<sup>14</sup> A dissertação foi defendida pela autora em março de 2008, pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

classe popular”, acessível pelo seguinte endereço: [http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1834](http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1834). Além da dissertação, oriento para que façam a leitura dos livros da bibliografia abaixo, em especial, os livros de Pierre Bourdieu, Marilena Chauí e Eni Orlandi, que darão uma breve, mas importante noção dos temas que perpassam este trabalho.

Por fim, indico aos militantes e a quem mais interessar, que assistam ao filme: “Muito além do cidadão Kane”, que apresenta as relações de poder que interagem juntos aos meios de comunicação.

## **Bibliografia**

ASSEMBLÉIA POPULAR. **Para debater a crise**. São Paulo. Março de 2009

BERGER, C. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2ª edição. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

HALL, S. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.) **Representation – Cultural representation and cultural signifying practices**. Sage/ Open University: London/ Thousand Oaks/ New Delhi, 1997.

JACKS, Nilda; MACHADO, Márcia B; MULLER, Carla. **Hermanos pero no mucho: el periodismo narra la paradoja de la fraternidad y rivalidad entre Brasil y Argentina**. Buenos Aires: La Crujía, 2004.

MOTTER, Maria de Lurdes. **A linguagem como traço distintivo do humano**,  
(disponível em:  
[http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=34&cod\\_not=914](http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=34&cod_not=914))

MUNGIOLI, Maria Cristina. Apontamentos para o estudo da narrativa. **Comunicação e Educação**. Ano VII, jan-abr. 2002. (p. 49-56)

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso. Princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

SANTI, Vilso Junior Chiarentini. **As representações no circuito das notícias: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no jornal Zero Hora**. Dissertação: UFSM, 2009.



## **Anexos**

Foram anexadas todas as matérias das quais houveram citações no texto. Estão dispostas em ordem cronológica de publicação.

### **BNDES aprova R\$ 7,2 bi para hidrelétrica de Jirau**

Rafael Rosas, Valor Online, do Rio  
19/02/2009

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 7,2 bilhões para a construção da hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, que terá capacidade instalada de 3,3 mil megawatts. O valor é o maior já aprovado pelo banco de fomento para um único projeto.

Os recursos serão destinados ao consórcio Energia Sustentável do Brasil, sociedade de propósito específico formada por Suez, Eletrosul, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e Camargo Corrêa. O volume de recursos representa 68,5% do investimento total na construção da usina.

O BNDES vai liberar diretamente R\$ 3,635 bilhões, enquanto os outros R\$ 3,585 bilhões serão distribuídos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco BBI, Unibanco e Banco do Nordeste do Brasil, que atuarão como agentes financeiros e ficarão com parte do risco da operação.

O consórcio tem até 180 dias para assinar o contrato que permitirá a liberação. A carência é de 5 anos, com prazo de 25 anos para pagamento. Os juros anuais serão de Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP, atualmente em 6,25% ao ano), mais 0,5% (piso para projetos de energia com potência superior a 2 mil megawatts), somados ao spread de risco, que é sigiloso e único para cada projeto.

O diretor de infraestrutura do banco de fomento, Wagner Bittencourt, afirmou que a primeira usina do complexo do Madeira, a hidrelétrica de Santo Antônio, está em processo de contratação do valor aprovado pelo banco, de R\$ 6,6 bilhões, que representa 65% do custo previsto para a obra.

"A participação do BNDES em Santo Antônio foi menor porque o consórcio vencedor da licitação conseguiu recursos de outras fontes, como o Banco da Amazônia S.A. (Basa)", afirmou Bittencourt.

O diretor afirmou ainda que a instituição não percebeu até o momento redução no apetite por investimentos em obras de infraestrutura. De acordo com ele, a área desembolsou no ano passado R\$ 19 bilhões para projetos no país e a expectativa para este ano é de um desembolso de R\$ 30 bilhões.

"Não estamos sentindo nenhum freio nos investimentos. O que é significativo, porque a infraestrutura ajuda a sustentar o crescimento do país", ressaltou Bittencourt. Ele frisou que os R\$ 25 bilhões previstos no plano de investimentos da Petrobras vindos do BNDES em 2009 não estão incluídos neste montante, o que poderia, na prática, elevar o

valor aplicado pelo banco na estatal este ano. Segundo ele, dentro da projeção de R\$ 30 bilhões a Petrobras aparece com alguns gasodutos e navios do Programa de Modernização da Frota (Promef), da Transpetro.

O diretor afirmou ainda que os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que estão em trâmite no banco estão "99,9% em dia". Entre os grandes projetos de energia que devem pedir apoio do BNDES nos próximos anos, Bittencourt explicou que Angra 3 ainda não fez o pedido oficial de financiamento, enquanto a expectativa sobre a hidrelétrica de Belo Monte, que será construída no Rio Xingu e deverá ser licitada este ano, é que o pedido de apoio tramite no banco no ano que vem.

### **Santo Antônio pede autorização na Aneel para operar em 2011**

Josette Goulart, de São Paulo

22/04/2009

O consórcio que constrói a usina de Santo Antônio, no Rio Madeira, em Porto Velho, entrou com um novo pedido na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para antecipar a entrada em operação da hidrelétrica. O presidente da Santo Antônio Energia S.A. (Saesa), Roberto Simões, diz que o objetivo agora é começar a gerar energia a partir de dezembro de 2011, ou seja, um ano antes do prazo original estabelecido no leilão. Mas para isso, a Odebrecht, que é a principal sócia do projeto e constrói a usina, está tentando mobilizar o governo e as empresas de transmissão para que também o linhão esteja pronto a tempo.

Esse é o segundo pedido de antecipação do cronograma da obra, que já tinha permissão para entrar em operação em maio de 2012. Se o novo pedido for aceito pela Aneel, a usina vai colocar no sistema interligado nacional uma potência instalada de cerca de 71,5 megawatts (MW) já em dezembro de 2011. A partir daí, a cada mês duas novas unidades, de 71,5 MW cada, entrariam no sistema, segundo informa José Bonifácio Júnior, que é da Odebrecht e também diretor do Consórcio Construtor Santo Antônio, formado por Odebrecht e Andrade Gutierrez.

Bonifácio explica que como a nova data que está sendo pleiteada coincide com o período das cheias do Rio Madeira, será possível gerar integralmente a capacidade instalada. A maior vazão se dá justamente no mês de abril. Com isso, até o início de maio seriam gerados 644 MW e que poderiam ser totalmente negociados no mercado livre de energia. Isso porque, pelas condições do contrato assinado com a Aneel, toda a energia gerada antecipadamente pode ser vendida para os consumidores livres. O compromisso de entrega de 70% do total da energia assegurada do projeto, de 2.218 MW, para o mercado cativo só começa a valer a partir de dezembro de 2012.

Toda a negociação da antecipação já foi feita também com os fornecedores de equipamentos. Bonifácio diz que pelo contrato firmado na época do leilão, já estava previsto que as primeiras entregas poderiam acontecer a partir de novembro de 2011. O fornecimento de turbinas e outros equipamentos será feito pelas empresas Alstom, Voith Siemens, Vatech, ABB e Areva.

Bonifácio explica que por parte da construtora é possível acelerar as obras em função da decisão de se construir uma terceira casa de força na usina. Mas ele lembra que uma nova antecipação é muito difícil de acontecer já que não se pode onerar o custo e assim inviabilizar o negócio.

O desafio para a Saesa será acelerar as 26 ações sócio-ambientais previstas no projeto. Algumas delas, como a emissão de licenças e estudos ambientais, precisam necessariamente estar prontas antes da entrada em operação da usina. A própria demora da liberação da licença de instalação para a usina de Jirau acaba prejudicando o andamento das obras da usina de Santo Antônio. O fato é que algumas ações na usina de Jirau (da concorrente Suez) podem afetar a de Santo Antonio, e vice-versa, e por isso mesmo as duas vão se unir em parceria para otimizar algumas de suas atividades.

Para resolver esses entraves, seria necessário uma ação forte do governo, principalmente dentro dos órgãos ambientais. Além disso, é preciso fazer um acordo com as empresas vencedoras do leilão da linha de transmissão realizado no ano passado. Os contratos foram assinados em fevereiro deste ano e prevêem a entrada em operação das diferentes linhas, coletoras e estações conversoras em prazos que variam de 36 a 50 meses.

Para o início da operação em dezembro de 2011, seria necessário que pelo menos a primeira parte do projeto de transmissão do Madeira - que equivale ao primeiro lote leiloadado e arrematado pelo consórcio liderado pela Eletronorte - estivesse pronto. É a Eletronorte que vai construir duas conversoras na região de Porto Velho, uma estação coletora e a linha de transmissão que vai ligar a usina à cidade de Porto Velho. O prazo previsto em contrato é fevereiro de 2012.

O superintendente de novos negócios da Eletronorte, Wilson Fernandes de Paula, afirma que de fato há uma negociação para a antecipação e que vai existir um esforço da empresa nesse sentido. Com isso seria possível escoar a energia pelas linhas de transmissão do que está sendo chamado pré-Madeira. Está previsto um leilão neste ano para que sejam feitos reforços e modernização das linhas de transmissão que já atendem a região.

### **Governo de Rondônia ameaça obra de Jirau**

Josette Goulart, de Porto Velho

29/04/2009

Com as obras da usina de Jirau chegando ao limite do que foi permitido ser construído pela licença prévia concedida pelo IBAMA, o consórcio Energia Sustentável esperava ter a licença de instalação da hidrelétrica aprovada ainda esta semana. Mas o governador do estado de Rondônia "embolou o angu", como dizem os rondonenses, dos executivos da Enersus. O governador Ivo Cassol (sem partido) disse que o Estado não vai permitir que a obra prossiga, já que parte dela ocupa área da reserva estadual Rio Vermelho e por isso dá essa prerrogativa ao governo estadual.

O tom contra Jirau tem sido duro e o governador disse ao Valor que essa situação chegou ao extremo porque os executivos da Enersus não se dispuseram, em nenhum

momento, a conversar com o governo estadual, que quer discutir uma compensação financeira de impactos sociais de R\$ 250 milhões. Além de não sentarem para conversar, Cassol disse que os executivos não apresentaram as documentações solicitadas para evitar o cancelamento de uma autorização prévia, dada à época da licença provisória do IBAMA. "Se até Santo Antônio, que não está ocupando nenhuma terra estadual, está nos compensando porque Jirau não vai compensar?", disse Cassol.

A concessionária Santo Antônio Energia, que constrói a usina de mesmo nome em Porto Velho, e o consórcio construtor liderado pela Odebrecht não só estão compensando financeiramente como exibem uma harmonia que aparenta inabalável com o governo do estado. As trocas de gentilezas e elogios são públicas e ontem, para o lançamento do programa de Cassol para o desenvolvimento de óleo combustível a partir do dendê, até mesmo o próprio Norberto Odebrecht deixou a Bahia para comparecer ao evento. Foi inclusive homenageado com a medalha Marechal Rondon, maior comenda do Estado que pode ser oferecida a uma autoridade e que também foi recentemente recebida pelo presidente Lula.

O diretor institucional da Enersus, José Lúcio de Arruda Gomes, que fica em Porto Velho, foi contratado em março para justamente tentar aparar as arestas. Ele diz que há duas semanas tenta marcar um encontro com representantes do governo estadual e não consegue. "Daremos as mesmas compensações financeiras que Santo Antonio." O secretário de planejamento de Rondônia, João Carlos Ribeiro, diz que somente nesta semana Gomes tentou marcar um encontro para discutir a questão. O secretário diz que até à visita de Lula ao Estado, o governo federal não estava ciente da situação. Há cerca de um mês, a Casa Civil chamou o secretário para discutir o assunto e há 15 dias foi realizada uma reunião no IBAMA para tentar resolver o impasse. "Esperávamos que o Enersus nos procurasse no dia seguinte da reunião com o IBAMA, mas nada aconteceu", disse Ribeiro.

Ontem, durante o evento do programa do dendê, o governador Cassol propôs ao governo federal, representado no evento pelo ministro extraordinário de questões estratégicas, Mangabeira Unger, que seja feita uma troca. A reserva estadual é liberada para Jirau desde que o governo federal dê ao Estado o poder sobre a reserva de Bom Sucesso, onde o Ministério do Meio Ambiente determinou a retirada das famílias que ocupam a reserva e que representam milhares de votos para um governador que planeja candidatar-se ao Senado.

Gomes, do Enersus, disse que a área da reserva estadual a que se refere o governo de Rondônia só será afetada com o enchimento do reservatório, previsto para acontecer em 2012. Assim, a autorização do governo estadual pode se dar nesse meio tempo, segundo ele. Mas a assessoria de imprensa do IBAMA informou que essa autorização é condicionante para a liberação da licença de instalação.

A repórter viajou a convite da Odebrecht

**Infraestrutura: Governo, empresas e hidrelétricas discutem alternativas até 2012, quando se prevê novo terminal**

## **Porto Velho está em busca de porto novo**

Josette Goulart, de Porto Velho

13/05/2009

Passados três anos desde que o governo federal anunciou que leiloaria as usinas hidrelétricas no Rio Madeira e quase um ano depois de as primeiras retro escavadeiras terem entrado em operação, Porto Velho ainda não está preparada estruturalmente para ter o parque industrial que está seguindo o rastro destas obras grandiosas. O entrave que no momento está em discussão é o porto da cidade que além de não ter capacidade suficiente para a nova realidade da região ainda provoca um forte efeito colateral sobre o trânsito da capital rondonense. Trânsito este que cresce desordenadamente desde que começaram a chegar os primeiros funcionários das construtoras Camargo Corrêa e Odebrecht na cidade.

Há apenas um mês o problema do porto de Porto Velho chegou ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). O diretor de planejamento do órgão, Miguel de Souza, diz que é preciso encontrar uma alternativa ao novo porto, que na melhor das hipóteses só ficaria pronto em 2012. Prazo longo demais se levado em consideração que já no segundo semestre deste ano a Votorantim começa a produzir cimento em sua nova fábrica e vai receber 30% de sua matéria-prima pelo Rio Madeira. No próximo ano chegam as primeiras máquinas e equipamentos para a usina de Jirau, que, diferentemente da de Santo Antônio, vai usar o porto como base e depois fazer o transporte pela BR 364 até a Ilha do Padre, 100 quilômetros distante do centro de Porto Velho.

Essa urgência para uma solução, em função principalmente da usina de Jirau, fez com que o grupo de gerenciamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) encarregasse o DNIT de resolver a questão. O departamento realiza hoje uma reunião com representantes das indústrias, das usinas e dos governos estaduais e municipais, e ainda do Ministério dos Transportes, para tentar encontrar soluções possíveis para o atual porto de Porto Velho.

Uma delas, segundo Souza, seria a modernização com a compra de novos guindastes, novas rampas e melhoria dos equipamentos de descarga. O porto é estadual e Rondônia pede recursos ao governo federal para fazer essa obra. Como não há orçamento federal previsto, uma das idéias é realizar essas melhorias com investimento privado.

O diretor institucional da concessionária Energia Sustentável, José Lúcio de Arruda Gomes, diz que toda a logística para a obra de Jirau será feita por uma empresa especializada e que ficará responsável por estruturar um plano que inclui desde a necessidade do uso do porto até o reforço de pontes ao longo do caminho até a Ilha do Padre. O processo de contratação desta empresa de logística ainda está em fase de concorrência, mas Gomes diz que a concessionária teve que se antecipar e iniciar conversas com o governo federal já que no próximo ano terá que fazer uso do porto. Gomes lembra ainda que será preciso que o DNIT viabilize uma avenida de contorno para que os pesados equipamentos não tenham que passar pelo meio da cidade.

Esta é justamente uma das principais preocupações do prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho (PT). Ele conta que o trânsito da capital já foi tão afetado pelo forte

crescimento da cidade que está estudando a possibilidade de limitar o horário de circulação dos cerca de 1.100 carretas que todo dia levam a soja da Cargill e do grupo André Maggi, vinda do Mato Grosso, rumo ao porto, passando por duas importantes avenidas da cidade, Jorge Teixeira e Imigrantes. "Contratamos uma agência de trânsito para elaborar um plano viário para a cidade", conta Sobrinho. Mas a população já sofre com o trânsito local e os pedestres são os que mais sofrem, precisando correr para atravessar as ruas da cidade.

Ao número de caminhões das empresas de grãos que ajudam a afogar o trânsito, o diretor do DNIT, Miguel de Souza, estima que já no próximo semestre a Votorantim Cimentos acrescenta outros 200 ao fluxo diário da capital. A Votorantim estima que para transportar a matéria prima que chegará pelo porto serão adicionados dois caminhões por hora, o que considera movimento pouco representativo para o tráfego local. De qualquer forma, Souza diz que o fluxo não só vai aumentar o tráfego como estragar o pavimento. "Mas esse é o chamado colesterol bom", diz Souza.

Esta alusão é feita aos negócios que estão movimentando Porto Velho. A Alstom em parceria com a Bardella constrói uma fábrica de equipamentos para as usinas. A rede de supermercados Makro abriu uma unidade na região e o Carrefour também vai ter uma loja do Atacadão. A Votorantim Cimentos está investindo R\$ 115 milhões em sua nova unidade na capital rondonense e que terá capacidade de produzir 750 mil toneladas de cimento por ano.

A empresa se instalou na região não só para atender a demanda das usinas mas também com o objetivo de usar a cidade como ponto de partida para abastecer a região Norte do país. Isso significa que se no curto prazo somente 30% da matéria-prima a ser usada em sua nova unidade chegará pela via fluvial, vinda de Belém, as autoridades locais entendem que no futuro o porto pode ser alternativa para levar cimento para outras cidades nortistas, principalmente Manaus que hoje está ligada à Porto Velho somente por via fluvial.

O próprio grupo André Maggi, que por meio da Hermasa administra o terminal graneleiro do porto, já se deparou com o problema do porto e tem um planejamento de longo prazo para a cidade. O presidente do grupo, Pedro Jacyr Bongioiolo, diz que independentemente das obras das usinas hidrelétricas já planejava construir um novo terminal fora da capital, evitando assim as ruas da cidade.

A empresa começou a exportar soja usando o Rio Madeira em 1997 e no primeiro ano escoou 320 mil toneladas do produto. No ano passado, esse volume chegou 2,7 milhões de toneladas. A capacidade de escoamento do porto é de cinco milhões de toneladas. Mas o porto está chegando à sua capacidade máxima já que a Hermasa presta serviço para a Bunge. A capacidade do porto também está limitada pelo fato de hoje não ser possível exportar diferentes tipos de grãos, segundo informa Bongioiolo. Mas apesar de o terreno já ter sido adquirido, o projeto está em andamento e em fase de negociação com o governo do estado.

Situação mais confortável vive a construtora Odebrecht, que é a empresa responsável pela engenharia, suprimento e construção da usina de Santo Antônio, pertencente à

concessionária Santo Antônio Energia. O diretor responsável pela obra, José Bonifácio Júnior, diz que os equipamentos para a usina podem ser desembarcados diretamente no local da obra. Isso porque Santo Antônio fica a apenas sete quilômetros de Porto Velho, justamente no limite de navegação do Rio Madeira.

Era justamente Santo Antônio do Madeira, província de Mato Grosso, o local escolhido em meados do século XIX para a instalação de um porto fluvial que escoaria a borracha produzida na Bolívia, segundo a versão que está no site oficial da prefeitura de Porto Velho sobre a origem do nome da cidade. A preocupação surgiu justamente na época da construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Mas as dificuldades de se construir e operar um porto em frente aos rochedos da cachoeira de Santo Antônio fizeram com que os construtores mudassem de idéia e utilizassem um pequeno porto amazônico sete quilômetros abaixo, que ficou conhecido como porto velho dos militares. Diz-se que na época da Guerra do Paraguai um batalhão imperial se instalou na região, daí a razão do nome que depois foi agregado à cidade.

Em janeiro de 1873, o Imperador Pedro II assinou o Decreto-Lei nº 5.024, autorizando navios mercantes de todas as nações subirem o Rio Madeira. Em decorrência, foram construídas modernas facilidades de atracação em Santo Antônio, que passou a ser denominado "porto novo". O porto velho dos militares, entretanto, continuou a ser usado por sua maior segurança. Quase um século e meio depois dessa história que deu origem à cidade, Porto Velho vive novamente uma onda de investimentos e mais uma vez está em busca de um porto novo.

A repórter viajou a convite da concessionária Santo Antônio Energia

### **Jirau para e custos das obras sobem**

Josette Goulart, de São Paulo

21/05/2009

Os problemas com o licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Jirau começam a encarecer o projeto. Além de ter um gasto extra tendo de manter funcionários e equipamentos parados desde ontem em função do fim da licença prévia de instalação, a concessionária Energia Sustentável já teve um custo 60% maior do que o previsto para instalar as ensecadeiras na Ilha do Padre, no Rio Madeira. Isso aconteceu porque a construtora Camargo Corrêa, contratada para realizar as obras civis, teve de tocar o empreendimento no período das cheias do rio.

Quando a reportagem do Valor esteve em Porto Velho no fim do mês de abril, visitando o canteiro da usina, o engenheiro Luiz Antônio Castro, da Camargo Corrêa, um dos responsáveis pela obra, disse que não foi possível aproveitar a janela hidrológica e com isso foi preciso mais tempo e mais pessoal, fazendo com que os gastos estimados crescessem em 60%. A empreitada teve início no fim do ano passado, e até agora as ensecadeiras ainda não estão 100% finalizadas. A concessionária não se pronunciou sobre essa informação.

A janela hidrológica foi um dos argumentos usados para a liberação da concessão da licença prévia de instalação do empreendimento. O então diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, chegou a fazer uma recomendação pessoal ao IBAMA para que a licença fosse concedida. Foi quando o presidente do instituto, Roberto Messias, deu a autorização, em 14 de novembro, para construção do canteiro de obras e as ensecadeiras - por entender que estas obras podem ser revertidas. Mas a janela hidrológica não estava mais aberta.

Segundo fontes próximas à concessionária, foi importante manter a decisão de iniciar a obra mesmo no período das cheias por dois motivos: a taxa de retorno está muito ligada à antecipação da geração e era importante fazer uso da licença do IBAMA. Autoridades locais, por exemplo, entendem que não é mais possível tirar Jirau do Rio Madeira. Ontem, fez exatamente um ano que a Energia Sustentável arrematou a usina de Jirau. A proposta agressiva, com um preço inferior a R\$ 72 o megawatt hora, foi calcada na mudança do eixo da usina, o que por si só levou a uma série de contestações e também atrasou a concessão da licença. O projeto saiu da cachoeira de Jirau e desceu até a Ilha do Padre.

No início de ano, o projeto foi novamente alterado. Iria passar apenas pela Ilha do Padre, mas agora a usina passará pela Ilha Pequena. O formato é muito parecido com o projeto que está sendo tocado pela Odebrecht na usina de Santo Antônio, ou seja, usar uma ilha para construir as ensecadeiras. Mas se o projeto têm suas formas parecidas em sua engenharia, na parte operacional a condução é díspar.

Em Santo Antônio existe a figura do EPC, consórcio liderado pela Odebrecht que reúne construção, engenharia e suprimento, e o contrato prevê a entrega do projeto pronto, com riscos de obra e fornecimento tomados pelo EPC. Em Jirau os contratos são fechados diretamente com a concessionária. A Camargo Corrêa, por exemplo, é contratada pelo chamado preço unitário, que não assume gastos extras. Além disso, os contratos de fornecimento de turbinas, hidromecânica, manutenção, etc, estão sendo fechados diretamente pela concessionária. Isso significa que o custo da obra parada é integralmente assumido pela Energia Sustentável, que tem como acionistas a GDF Suez, Chesf, Eletrosul e a Camargo Corrêa Investimentos.

A concessionária foi procurada para falar sobre todos estes assuntos, mas informou por meio de sua assessoria de imprensa que só irá se manifestar após a concessão da licença de instalação. Existe uma expectativa de que tal licença seja liberada esta semana. O entrave foi colocado pelo governo de Rondônia, que alega não ter recebido qualquer documento para dar sua anuência ao projeto, e esta é uma condição posta pelo IBAMA. Numa tacada política estadual, o governo federal foi acionado com a proposta do governador Ivo Cassol de fazer uma permuta da Floresta Nacional Bom Futuro pela reserva estadual que vai ser atingida pelo reservatório de Jirau. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, tem dado declarações de que o imbróglia vai ser resolvido.

### **Técnicos do IBAMA negam licença de instalação para hidrelétrica de Jirau**

Daniel Rittner, de Brasília  
27/05/2009



Em um inesperado revés para a concessionária Energia Sustentável (ESBR), liderada pela multinacional Suez Energy, a equipe técnica do IBAMA deu parecer contrário à licença de instalação da usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira. Os técnicos apontaram que 11 das 32 condicionantes definidas pela autarquia na licença prévia têm "algum tipo de pendência". Essa avaliação pode ser revertida, mas coloca o governo em situação semelhante à vivida em 2007, na primeira etapa do licenciamento das usinas do Madeira, quando a resistência do IBAMA em dar sinal verde para o projeto levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a interferir pessoalmente nas negociações.

Depois de mencionar descumprimentos de exigências feitas anteriormente pelo próprio IBAMA, para autorizar os primeiros canteiros de obras da hidrelétrica, os analistas da diretoria de licenciamento do IBAMA terminam um relatório de 127 páginas e 853 tópicos com a seguinte frase: "Pelo exposto, e em face de todas as pendências destacadas, somos de parecer contrário à emissão desta licença de instalação."

O presidente do IBAMA, Roberto Messias, disse ao Valor que os pareceres "sempre são reversíveis". No caso de Jirau, ele afirmou que uma seqüência de reuniões e esclarecimentos nos últimos dias pode ter resolvido as pendências. "Estamos caminhando para o arredondamento (das questões). Nada compromete, absolutamente (a emissão da licença)", explicou o presidente.

A ESBR informou ao Valor ter apresentado, às 18h de ontem, novos documentos para explicar as contestações do relatório técnico. Das 11 pendências mencionadas pelos analistas, a concessionária julga que houve interpretação equivocada de cinco itens. Entre elas, considera que há condicionantes restritas ao grupo que constrói a usina de Santo Antônio, capitaneado pela Odebrecht. Das seis outras pendências, a ESBR acredita ter conseguido esclarecer quatro pontos e se dispôs a enviar respostas adicionais hoje à tarde.

A concessionária afirmou que os programas básicos ambientais para compensar os impactos da hidrelétrica "estão com qualidade acima de qualquer expectativa" e diz ter contratado "os melhores especialistas brasileiros e mundiais em cada modalidade".

As duas pendências que a concessionária admite não ter resolvido dizem respeito a acordos com a prefeitura de Porto Velho e com o governo de Rondônia. Um dos principais obstáculos para o avanço das obras tem sido a resistência do governador Ivo Cassol em liberar áreas de parques estaduais que não seriam afetados pelo projeto original de Odebrecht e Furnas, mas passaram a ser com as mudanças introduzidas.

Cassol propôs uma "troca" ao presidente Lula: promete liberar os parques estaduais se o Ministério do Meio Ambiente desistir de retirar cinco mil famílias que ocupam irregularmente a reserva florestal Flona Bom Futuro, de posse da União. A área tem sido crescentemente desmatada.

Alegando a necessidade de aproveitar o fim do período de seca na Amazônia para abrir canteiros e colocar ensecadeiras - espécie de diques capazes de desviar o rio - no local de construção da barragem, a ESBR obteve em dezembro uma licença de instalação "provisória", apenas para as intervenções reversíveis.

Na época, o assunto foi alvo de polêmica e o então diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, fez uma recomendação pessoal ao IBAMA para que autorizasse as obras iniciais. A controvérsia girava em torno da mudança do local de construção da usina de Jirau, a mais de nove quilômetros do ponto licitado. Graças a essa alteração, a Suez prometeu iniciar a operação da hidrelétrica até 14 meses antes do previsto no edital de licitação e estimou uma economia perto de R\$ 1 bilhão.

No relatório técnico, os analistas do IBAMA sustentam que o novo projeto ainda tem problemas, mas abrem uma brecha para a revisões de suas conclusões. "O fato é que neste momento, para a emissão de uma eventual licença de instalação, o projeto ainda é incipiente em relação aos fluxos físicos, químicos e bióticos, carecendo de comprovação de seus respectivos estudos."

Em relação aos peixes - motivo de indignação do presidente Lula quando reclamou dos "bagres" do Madeira -, o IBAMA considerou prejudicial a cota elevada do sistema de adução, fixada em 78 metros. "(Ela) pode constituir em barreira física principalmente para a deriva de juvenis da dourada, já que estes migram preferencialmente pelo fundo do rio, cuja cota é de aproximadamente 45 metros."

Os analistas apontaram a ausência de cinco programas de mitigação dos impactos ambientais - todos de responsabilidade do consórcio vencedor da licitação. São ações voltadas para a comunidade a jusante das usinas, medidas de compensação para pescadores, controle do aumento de pragas e monitoramento de aves ameaçadas pela construção.

### **Governo tenta superar impasses de Belo Monte**

Daniel Rittner, de Brasília

16/06/2009

Enquanto espera o licenciamento ambiental da hidrelétrica de Belo Monte, travado há duas semanas por uma liminar da Justiça Federal em Altamira (PA), o governo já trabalha nos arranjos do leilão da usina. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deverá manter a possibilidade de que o grupo vencedor da licitação faça mudanças no projeto original, como ocorreu com a hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, onde a multinacional franco-belga Suez Energy abriu uma polêmica ao alterar em mais de nove quilômetros o eixo da usina.

O governo e a Aneel estão convencidos de que, respeitadas algumas premissas, a permissão para mudanças pode aperfeiçoar o projeto inicial e gerar uma tarifa mais baixa. As condições para alterar o local da construção serão parecidas com o modelo que vem sendo adotado - basicamente, não diminuir em nada a potência total da usina nem a garantia de entrega de energia firme, sem comprometer ainda a exploração de outros aproveitamentos hidrelétricos. No caso de Belo Monte, um acerto feito com o Ministério do Meio Ambiente definiu que não haverá novas usinas ao longo do rio Xingu.

O grande dilema enfrentado na pré-montagem do leilão é o papel da Eletrobrás. Como a potência instalada de Belo Monte chega a 11.181 megawatts (MW) e representa quase

duas vezes a capacidade do complexo do Madeira, o governo teme que os investidores interessados se agrupem em um único consórcio.

Empresas como CPFL, Tractebel (controlada pela Suez), Neoenergia e indústrias que produzem energia para consumo próprio já teriam informado às autoridades do setor sua disposição em participar do leilão, mas o governo se preocupa com a hipótese de que elas entrem juntas na disputa, devido à dimensão do empreendimento - mesmo dividindo entre si a geração total, cada uma ficaria com fatia considerável da produção de energia.

É justamente isso que o Ministério de Minas e Energia quer evitar. E pretende usar a Eletrobrás na criação de pelo menos dois consórcios. Depois da experiência do Madeira, o presidente da estatal, José Antônio Muniz, preferia ver as subsidiárias do grupo atuando juntas. No leilão de Santo Antônio, Furnas ficou ao lado da Odebrecht; a Eletrosul entrou com a Suez; e a Chesf juntou-se à Camargo Corrêa e à CPFL. Tudo indica que o desejo de Muniz não prevalecerá na próxima disputa.

O governo avalia dois cenários para a Eletrobrás: sua entrada como "sócia estratégica" no grupo vencedor, colaborando com os investimentos em troca de participação acionária no projeto, ou a atuação de suas subsidiárias em consórcios diferentes (da mesma forma que no Madeira). A escolha será feita de acordo com o desenho que a participação do setor privado for tomando. Há disposição até em colocar a Eletrobrás como líder em um dos consórcios, se isso for preciso para elevar a competição e viabilizar a disputa entre dois grupos.

Rivais nos leilões do rio Madeira, as construtoras Odebrecht e Camargo Corrêa trabalharam em parceria no desenvolvimento dos estudos de engenharia de Belo Monte, com a participação também da Andrade Gutierrez. Nos bastidores, o governo já começa a trabalhar para separá-las na licitação, temendo que a união das construtoras dificulte a formação de mais consórcios.

Para calibrar a tarifa máxima no leilão, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) levantará a estimativa de investimentos na construção da usina. Sabe-se que será mais do que a projeção de R\$ 7 bilhões, que consta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e tem como base um orçamento feito em 2001. Mas há uma aposta no governo de que o investimento por MW ficará bem abaixo de Santo Antônio e Jirau.

Com isso, o governo e a Aneel contam com uma tarifa máxima abaixo da cobrada em Jirau, fixada em R\$ 91 por megawatt-hora - houve deságio de 21% sobre esse valor. Desde o leilão de Jirau, o IPCA (índice de inflação que corrige os contratos entre geradora e distribuidoras) acumulou alta de 5,2%. Ou seja, é praticamente certo que a tarifa de Belo Monte ficará abaixo de R\$ 100.

Outra tendência que vai se consumando é de um pequeno atraso da licitação. Originalmente prevista para o fim de setembro, há no governo quem fale até mesmo em realizar o leilão apenas no início de 2010, embora a meta continue sendo o segundo semestre. Como o equilíbrio entre oferta e demanda sugere poucos riscos no

fornecimento de energia elétrica nos próximos cinco anos, as autoridades do setor acham que um pequeno atraso não despertará preocupações.

Apesar da existência de uma liminar que congelou o processo de licenciamento da usina, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse ontem que Belo Monte estará pronta para ir a leilão no segundo semestre. Ele acredita que será derrubada ainda nesta semana a liminar que impede a marcação das audiências públicas sobre o projeto - parte obrigatória do licenciamento prévio.

"O juiz acatou o pedido de uma ONG contra a audiência pública alegando que não havia sido entregue um estudo sobre a questão indígena. E o estudo foi entregue", explicou o ministro, que considerou Belo Monte um "problema antigo" no quesito ambiental. "Sempre vai haver conflito, senão é piquenique sem formiga", brincou Minc, após um evento no Rio.

O ministro afirmou, porém, que duas das cinco usinas com licenciamento em tramitação no IBAMA não deverão ser autorizadas. Uma delas deverá ser a hidrelétrica de Santa Isabel, no rio Araguaia. "As pessoas têm que se acostumar no Brasil. Sempre que você resolve não dar a licença (para um empreendimento), você vira um inimigo do progresso. Isso não é assim", disse Minc. (Colaborou Rafael Rosas, do Valor Online)

### **Lobão diz que leilão de Belo Monte sai este ano**

Agência Brasil, de Brasília

02/07/2009

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmou ontem que o leilão para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), será realizado ainda neste ano, apesar de a Justiça do Pará ter suspenso, no início de junho, a aceitação dos estudos de impacto ambiental da obra. Lobão disse esperar rapidez nas decisões judiciais sobre o assunto.

"A Justiça, nesse ponto, tem ajudado muito. Ela decide com rapidez essas questões, e é necessário que seja assim. Essas hidrelétricas não podem ficar paralisadas por queixas de organizações não governamentais ou do Ministério Público. É preciso que haja uma decisão judicial com rapidez. O governo, por sua parte, tem cumprido sempre as decisões judiciais", disse o ministro, após reunião na Casa Civil em que se discutiu o modelo de licitação a ser adotado na usina.

Lobão lembrou que, no caso de outras usinas, também houve enfrentamentos na Justiça. "Foi o que aconteceu com Estreito, assim tem sido com Jirau, Santo Antônio e será com Belo Monte, lamentavelmente." Ele disse que o Brasil tem o modelo energético mais limpo de mundo e que não se pode comprometer esse modelo em razão de "má vontade de segmentos da sociedade".

Entre os participantes da reunião estavam a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, e os presidentes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hubner, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho.

Para recomendar a suspensão, o Ministério Público Federal no Pará deu como justificativa a falta de documentos no processo de licenciamento da usina, entre eles, estudos antropológicos de impacto sobre comunidades indígenas da região.

Belo Monte vai gerar cerca de 11 mil megawatts de potência. A conclusão da obra está prevista para abril de 2014 e o investimento estimado é de R\$ 7 bilhões. A obra consta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

### **Protesto paralisa as obras da usina de Jirau**

Josette Goulart e Daniel Rittner, de São Paulo e Brasília

14/07/2009

As obras da usina hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, foram paralisadas ontem em função de um protesto dos moradores da Floresta Nacional do Bom Futuro. O protesto é contra o IBAMA, que estaria aplicando multas a agricultores da região, mas nas entrelinhas da nova paralisação está mais uma vez a questão da licença ambiental da usina. A floresta foi ativo de troca para que o governo estadual concedesse seu aval ao licenciamento.

As obras da usina já chegaram a ficar paradas no fim do mês de maio justamente porque não se chegava a uma acordo com o governo estadual. Por fim, além de a concessionária Energia Sustentável se comprometer a uma série de compensações financeiras, também ficou determinada a troca da floresta Bom Futuro pela do Rio Vermelho, que está em terras estaduais e será inundada por parte do reservatórios de Jirau. O objetivo da troca era evitar que Ministério do Meio Ambiente levasse adiante a determinação da retirada de todos os moradores da floresta nacional.

O secretário estadual de desenvolvimento ambiental de Rondônia, Cletho Muniz de Brito, disse que o IBAMA não está reconhecendo o acordo feito entre o governo de Rondônia, a concessionária Energia Sustentável do Brasil e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. "Há um clima de animosidade", afirmou o secretário. Para ele, o governo estadual concorda que "não se deve deixar sair uma tora de madeira de lá", mas protesta contra o fato de que a fiscalização do IBAMA estar multando em até R\$ 1 milhão os agricultores com 50 hectares de plantações e fixados na Floresta Nacional Bom Futuro há anos.

Segundo a assessoria de imprensa da Energia Sustentável, a obra foi paralisada e o alimento aos 800 trabalhadores que estão no canteiro de obras teve de ser levado pelo rio. "Não há ainda uma estimativa do prejuízo causado pela manifestação", disse na nota a assessoria. O IBAMA foi procurado, mas não se manifestou.

### **Altamira está à espera do progresso**

Josette Goulart, de Altamira (PA)

18/09/2009

O fechamento de dezenas de madeireiras na região de Altamira, no oeste do Pará, pelo IBAMA, no último ano, provocou a perda estimada de cerca de 30 mil empregos em uma área em que o número de habitantes não chega a 350 mil. O comércio foi afetado.

Quase não há indústrias na região e os moradores sobrevivem basicamente da pecuária, da pesca e do cacau. Neste cenário, em que não existem grandes perspectivas de geração de emprego, é na usina hidrelétrica de Belo Monte que boa parte da população vê a solução para todos os males.

Com uma história de exploração da madeira, em que muitas serrarias clandestinas contribuíram para o desmatamento da região, a maior parte dos habitantes das onze cidades que serão afetadas pelas obras da barragem preocupam-se mais com o progresso que podem desfrutar do que com os efeitos que a obra pode trazer à Floresta Amazônica e a um de seus principais rios, o Xingu. Eles acreditam que finalmente o asfalto para os cerca de 400 quilômetros da Transamazônica, que ligam a região à Marabá, chegará na esteira da hidrelétrica, atraindo indústrias e com isso gerando emprego.

Mas o preço a se pagar por este progresso, principalmente para a cidade de Altamira, a maior da região, é incalculável. Já se sabe, por exemplo, que um bom pedaço da cidade ficará debaixo d'água, obrigando o remanejamento de cerca de 20 mil pessoas que hoje estão instaladas próximas aos igarapés. A paisagem ao longo da bonita orla vai mudar para sempre, pois as ilhas cobertas de árvores vão desaparecer do cenário. Como diz Augusto Ribeiro, dono de uma farmácia e que no domingo passado almoçava com sua esposa no restaurante O Tucanáre, aproveitando a vista, o brilho de Altamira vai sumir.

Assim como também vão sumir uma série de praias que hoje são o principal lazer dos cerca de 100 mil habitantes da cidade, sendo que boa parte se concentra no norte da cidade. Altamira é curiosamente a maior cidade do mundo, em território, o que se ouve o tempo todo ao circular pelas ruas. Os peixes também serão afetados e a pesca vai ficar mais difícil, principalmente para os habitantes dos igarapés que fazem dessa atividade sua principal fonte de renda. A criminalidade tende a aumentar, com a chegada de outros tantos imigrantes. O estudo de impacto ambiental prevê pelo menos 96 mil novos moradores para a região, mas acredita-se que esse número seja muito maior. E esses novos moradores vão chegar mais capacitados.

A dona de uma das principais lojas de móveis sob medida da cidade, Jakilini Avelino, diz que hoje já é difícil encontrar pessoal qualificado até mesmo para uma vaga de vendedor. "As pessoas em Altamira não estão preparadas e não estão se preparando para competir com os imigrantes", diz Jakilini. As autoridades locais até se preocupam com a questão, mas o pacote de capacitação para a região está atrelado ao leilão da usina e ao edital de licitação.

A prefeita de Altamira, Odileida Maria de Sousa Sampaio (PSDB), reivindica a abertura de novos cursos na Universidade Federal de Altamira, com os de Medicina e Direito. "Para contratarmos médicos para a cidade temos que oferecer salários de até R\$ 20 mil e mesmo assim é difícil atrair esse tipo de profissional", diz a prefeita. Pelas estimativas apresentadas no estudo de impacto ambiental, serão 18,7 mil empregos diretos para a construção da hidrelétrica no auge da obra. Durante as audiências públicas realizadas na região entre quinta-feira da semana passada e domingo, a estimativa é de outros 10 mil empregos indiretos. O problema é que o prazo de duração da obra é de dez anos e já a partir do quinto ano, o número de vagas começa a cair.

Enquanto o leilão não chega, o nivelador Deivisson da Silva, de 26 anos, desempregado há três meses, joga vídeo game com seu filho em sua casa, próxima ao Igarapé Altamira. Silva não está preocupado porque sabe que seu emprego está garantido quando as obras da usina começarem. Ele já trabalhou como nivelador topográfico para algumas das principais construtoras do país e recentemente voltou de Juriti, cidade paraense, onde trabalhou nas obras da mina de bauxita da Alcoa. "Até recebi proposta para trabalhar em Jirau (usina que está sendo construída no rio Madeira), mas eram apenas dez dias de folga para seis meses de trabalho", conta. "E o salário não compensava a mudança".

Além de querer a obra porque entende ter emprego garantido, Deivisson da Silva também quer receber a indenização pela sua casa, que terá que ser deslocada. Mas ele é um dos poucos da comunidade confiante na mudança. As pessoas do Igarapé Altamira estão assombradas com a possibilidade de não receberem nenhuma indenização ou serem alocadas em regiões distantes do centro da cidade, com difícil locomoção.

Maria Fé da Silva Rodrigues, de 70 anos, profissional de limpeza aposentada, diz que se todo mundo pensasse como ela essa usina não sairia do papel. "Mas contra a lei não há resistência", diz ela, resignada. Apesar de morar numa casa à beira do Igarapé, que na enchente de abril deste ano foi atingida e a cozinha levada embora, ela teme o valor da indenização que será oferecido pela sua casa. "Veio um engenheiro aqui cuidar da ponte outro dia, que caiu por causa da enchente, e disse que minha casa não vale mais do que R\$ 5 mil", conta "dona" Maria Fé. "Ora, moro aqui há 40 anos e todo ano invisto um pouquinho na minha casa."

O que assombra "dona" Maria Fé, católica praticante, e outros habitantes da região é o fantasma de Tucuruí. A usina que foi construída na cidade de mesmo nome, também no Pará, teve um impacto ambiental tremendo na região, demorou a pagar as indenizações para os moradores que tiveram que ser realocados e, segundo contam alguns altamirenses, a hidrelétrica não atraiu nenhuma indústria para a região e só instalou a violência. Esse discurso amplamente repetido é o mesmo usado pelos representantes da igreja católica na região, que são contra a usina.

Reportagens na televisão ligada à igreja católica são amplamente repetidas sobre os problemas da usina de Tucuruí e que o mesmo pode acontecer agora com os moradores de Altamira. O Pará é um estado extremamente católico e em sua capital, todo segundo domingo do mês de outubro, milhões se reúnem para a comemoração do Círio de Nazaré. O padre Vicente Zambello, ítalo-brasileiro que reza suas missas na paróquia de Vitória do Xingu, diz que além do impacto ambiental o impacto social é muito grande. "Podemos ter a energia dos ventos, sem esse impacto social, por que então construímos hidrelétricas?", questiona.

Com exceção dos movimentos sociais, organizações não governamentais e do Ministério Público, que ainda lutam para derrubar o projeto, a população que há trinta anos ouve falar da usina acredita que ela já é fato consumado. Com tantos problemas estruturais, mais de 70% das cidades não tem saneamento e água encanada, a preocupação das prefeituras agora é garantir que o edital de licitação inclua obrigações de investimentos na região. Só a cidade de Altamira requer R\$ 1,5 bilhão em

compensações. Alguns grupos que estudam o projeto estimam que cerca de R\$ 3 bilhões dos investimentos totais serão destinados às compensações e indenização das famílias que serão realocadas.

Com tanto dinheiro injetado na economia local, não há dúvidas de que pelo menos no curto prazo será grande a geração de empregos e obras de infraestrutura. Resta saber o que o tempo dirá sobre os impactos ambientais que uma obra da magnitude da usina de Belo Monte irá causar.

### **Usina de Belo Monte vai custar R\$ 16 bi**

Samantha Maia, de São Paulo

23/09/2009

A usina hidrelétrica de Belo Monte, com capacidade de 11 mil MW, deverá custar R\$ 16 bilhões, segundo levantamento da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) encaminhado para análise no Tribunal de Contas da União (TCU). Além da obra, que não considera transmissão, o valor inclui a previsão de isenções fiscais, o custo de formação da Sociedade de Propósito Específico (SPE) e os gastos com seguros. Não são considerados os juros. "Este foi o valor encaminhado ao TCU, resultado de um estudo de otimização do investimento", diz Maurício Tolmasquim, presidente da EPE.

O estudo, que será publicado hoje no site da EPE, foi apresentado ontem durante evento da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib), em São Paulo. Ele foi enviado há cerca de dois meses ao TCU e deve servir de base para o cálculo da tarifa-teto da energia a ser vendida.

O valor supera o indicado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de R\$ 7 bilhões, por conta de atualização do levantamento (o anterior era de 2002) e a inclusão de custos como seguros e formação da SPE. Está bem aquém, no entanto, do investimento projetado por empresas interessada, de cerca de R\$ 30 bilhões.

Empresários do setor argumentam que a EPE está subestimando o custo da construção de estruturas de acesso, transporte e acomodação dos trabalhadores. Segundo Augusto Roque, diretor-superintendente de energia da Odebrecht, será preciso avaliar as otimizações realizadas pela EPE. "De acordo com o nosso orçamento, a avaliação é de que o volume de investimento seria bem maior, de R\$ 30 bilhões", diz.

Ele explica que entre as dificuldades do projeto está a localização da obra. "Não existe uma cidade de apoio perto. A mais próxima é Altamira, que não tem estrutura para receber os trabalhadores. Será preciso construir alojamentos para acomodar cerca de 20 mil empregados", diz. A Odebrecht tem interesse de participar da obra como investidora e construtora.

"Entendemos que o acesso é difícil, mas há alternativas. Nada que seja impossível", diz Tolmasquim. Segundo ele, as dificuldades não justificam considerar um sobrepreço nos materiais no investimento. "Claro que quem vai investir sempre vai querer uma estimativa de custo mais alta possível, faz parte do jogo. Temos que buscar o preço justo, e a última palavra será o TCU", diz ele.



Marcelo Bisordi, diretor de energia da Camargo Corrêa, diz que as soluções para contornar as dificuldades de acesso à obra não são simples. "Ao todo será preciso viabilizar 260 quilômetros de acesso. Será preciso construir um porto, cinco canteiros de obras, estradas, numa área que alaga muito."

O que mais preocupa as empresas é que esse valor mais baixo estimado pela EPE determinará a tarifa-teto do leilão. "Preocupa porque deve vir uma tarifa-teto muito baixa", diz Bisordi. A Camargo Corrêa deve participar em consórcio com a CPFL, e segundo o executivo da empresa, não está descartada a participação de mais de uma construtora no consórcio. "Mas ainda é preciso definir qual será a participação da Eletrobrás, as condições de financiamento, conhecer o edital", diz.

Segundo o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a Eletrobrás poderá participar com 40% a 49% do investimento. "Só resta saber se a participação será através das subsidiárias ou a posteriori, como no caso das usinas do Madeira", diz. Ele admite que a segunda opção agrada mais ao governo, mas a definição será divulgada apenas com a publicação do edital, esperada para o mês de novembro. O percentual foi considerado interessante pelas empresas.

Tolmasquim descarta a possibilidade de a Eletrobrás assumir todo o custo, como já cogitado por empresas. Segundo o presidente da EPE, o governo está trabalhando para que seja possível a formação de ao menos dois consórcios para disputar o investimento. Está prevista a participação de fundo de pensão e de autoprodutores. Ao menos 70% da energia deverá ser vendida no mercado regulado, 20% ficaria com os autoprodutores e 10% seria disponibilizada para consumidores livres.

O BNDES sinaliza que tentará dar melhores condições de financiamento do que as oferecidas para as usinas no rio Madeira. Segundo Nelson Siffert, superintendente da área de infraestrutura do banco, o prazo total de financiamento será de 25 anos. O normal são 16 anos. Esse período, porém, pode ser estendido até 30 anos. "Ainda estamos em negociações com o governo para tornar as condições mais atrativas", diz ele.

Outro ponto que está sendo discutido com o governo federal diz respeito à exigência do uso dos balanços das empresas como garantia do financiamento. O BNDES deve exigir que apenas 50% do empréstimo receba garantia pelos balanços, em vez dos 100% usuais. Para os outros 50%, as empresas poderiam usar alternativas como um pacote de seguros ou um contrato de suporte de acionistas. A alternativa ideal, porém, diz Siffert, seria o governo permitir que a Eletrobrás também use seu balanço como garantia, o que hoje é proibido para as empresas públicas. As condições de financiamento também só serão publicadas junto com o edital, mas segundo Siffert, haverá poucas modificações em relação ao divulgado agora.

Ontem, procuradores da República anunciaram que a Justiça Federal de Altamira deverá receber esta semana uma ação civil pública pedindo a realização de nova rodada de audiências públicas para debater o projeto da usina.

## **Tarifa de Belo Monte pode ficar no nível fixado para o Madeira**

Josette Goulart, de São Paulo  
01/10/2009

As condições de financiamento estabelecidas pelo BNDES para o projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte e a pré-existência de linhas de transmissão no estado do Pará podem ser fatores decisivos para que o preço da energia do empreendimento fique no patamar daquele negociado nas usinas do rio Madeira. O superintendente de infraestrutura do banco, Nelson Siffert, diz que só levando em conta as condições de crédito, que são melhores do que as oferecidas no Madeira, é possível reduzir em pelo menos 5% o valor da energia.

O preço-teto por megawatt hora que será estabelecido para o leilão ainda está em estudo pelo Tribunal de Contas da União (TCU). E como é de praxe nos momentos que antecedem um leilão, investidores e governo têm posição antagônica. De um lado os empreendedores dizem que o preço da energia terá que ser muito maior do que àqueles do Madeira para fazer frente aos investimentos e aos riscos do projeto. De outro, o governo diz que é possível ter um preço até menor.

Corrigida pelo IPCA, a tarifa da usina de Santo Antônio gira hoje em torno de R\$ 86,00, e a de Jirau em R\$ 76,00. Um dos pontos que podem favorecer uma tarifa parecida em Belo Monte, apesar da complexidade do projeto, é que nos valores das usinas do Madeira está embutido um custo de transmissão para os empreendedores, o que representa cerca de 30% dessas tarifas. Para Belo Monte, esse custo, levando em conta uma tarifa de igual valor, não chegaria a 10%.

Essa grande diferença de custos ocorre porque em Belo Monte não será preciso construir um linhão de transmissão, como os que terão que ser feitos para ligar Rondônia a São Paulo. Metade do custo da construção destas linhas é paga pela geradora e a outra pelos consumidores. No Pará, que hoje já abriga a usina de Tucuruí, uma das maiores do país, os investimentos em transmissão serão menores, já que as linhas estão prontas e será preciso pensar apenas na interligação ao sistema.

Alguns empreendedores alegam, entretanto, que o preço agressivo dos lances feitos pelas usinas do Madeira foram embasados nas condições que se poderiam auferir com a venda de parte da energia para o mercado livre. Do total da energia dos empreendimentos, 30% ficará no mercado livre. O problema é que as condições atuais desse mercado estão muito diferentes das vivenciadas nas épocas dos leilões de Santo Antônio e Jirau.

O preço da energia na época dos leilões das usinas do rio Madeira girava em torno de R\$ 150 por megawatt hora. Nem mesmo a usina de Santo Antônio, leiloada antes de Jirau, conseguiu vender sua energia neste patamar. O preço ficou em torno de R\$ 140. As condições atuais do mercado livre apontam tendência de queda e os preços já estão na faixa dos R\$ 120. De qualquer forma, a previsão é que o edital do leilão da usina de Belo Monte estabeleça um percentual de apenas 10% para a venda livre de energia.

O grande embate com o governo em torno de Belo Monte é hoje travado pelas construtoras, que dizem que o investimento de R\$ 16 bilhões estabelecido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) é muito baixo. Tanto Camargo Corrêa quanto Odebrecht falam de investimentos da ordem de R\$ 30 bilhões. O problema em torno do número apresentado pela EPE é que o valor do investimento estabelecido é usado para a composição do preço teto da tarifa.

De qualquer forma, o BNDES já se comprometeu a financiar diretamente R\$ 12 bilhões, sem contar com a possibilidade de repasses de outros bancos. Esse é o valor máximo, pelas regras da Basileia, que o banco pode emprestar diretamente para um único empreendimento levando em conta seu atual patrimônio líquido. Se o banco for capitalizado, esse valor pode ser até maior. Segundo Nelson Siffert, do BNDES, em última análise se os bancos privados replicarem as condições do financiamento também esse valor pode ser potencializado.

Energia: Governo recebe pleito dos investidores, que querem evitar os chamados riscos de força maior do projeto

### **Tesouro poderá garantir usina de Belo Monte**

Josette Goulart, de São Paulo

16/10/2009

O Tesouro Nacional poderá garantir os riscos ambientais, geológicos, de força maior e de atos de governo na construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. A reivindicação foi lançada pelos empreendedores interessados no projeto e a Casa Civil tem intermediado as negociações entre os diversos agentes envolvidos. Alguns administradores importantes da Casa Civil e do BNDES gostam dessa idéia pois, com o governo assumindo esse risco, a concorrência no leilão estaria garantida.

Basicamente a proposta é que o Tesouro faça um empréstimo ao BNDES com condições estabelecidas em contrato que reflitam a assunção do risco pelo governo. O BNDES, por sua vez, replicaria estas condições à concessionária que estiver à frente de Belo Monte. Desse modo, o banco estaria com sua exposição neutralizada e os investidores isentos de assumir riscos como, por exemplo, uma decisão judicial que paralise as obras por questões de licenciamento ambiental. Esta é uma das hipóteses.

Há preocupação também, por parte dos investidores, com a própria questão indígena, muito forte naquela parte do Pará onde a usina hidrelétrica será construída. Mais preocupante ainda são os riscos geológicos do projeto, já que terão de ser feitas escavações gigantescas para viabilizar o desvio do rio. Isso porque a usina não terá reservatório por motivos de ordem ambientais. Se alguns destes riscos se concretizarem, o prejuízo para os investidores seria muito grande.

Um dos grupos que mais ativamente usa sua influência para defender essa questão frente ao governo é a Odebrecht. E a pressão não começou agora, por causa de Belo Monte. Já para os leilões das usinas do Madeira - Santo Antônio e Jirau, quando a empresa decidiu atuar não só como construtora mas também como investidora - os executivos da empresa argumentaram com o governo de que ele deveria assumir que

obras de infraestrutura são "projetos de Estado" e que, portanto, é o governo que tem que assumir riscos que fogem ao controle dos empreendedores.

O presidente da Odebrecht Investimentos em Infraestrutura, Felipe Montoro Jens, afirma que não se pode exigir de investidores privados que assumam um projeto que pode quebrar a empresa por riscos que não são gerenciáveis por ela. "Se o projeto tiver qualquer problema, os financiadores saem imediatamente do projeto", diz Jens.

Isso ocorre porque há cláusulas nos contratos que prevêem a antecipação do pagamento de dívida em determinadas circunstâncias. Se as obras param, por exemplo, sem previsão de retomada, essa antecipação pode ser exigida. Caso o Tesouro garanta esse empréstimo, seria dada uma espécie de "waiver" (perdão) para os empreendedores quando houver motivo de força maior. Seria até mesmo possível renegociar o cronograma de pagamentos dos empréstimos.

Em Belo Monte, esse temor se justificaria pelos valores envolvidos. Seja nas contas do governo, que diz que o investimento será de R\$ 16 bilhões, seja nas contas das empreiteiras, que dizem que será de R\$ 30 bilhões, o empréstimo para Belo Monte será o maior a ser concedido pelo BNDES em toda a sua história. Se a obra por algum motivo não puder ser levada adiante, alguém tem que pagar por este prejuízo.

Pelas condições de financiamento propostas pelo BNDES para Belo Monte, pelo menos 50% do empréstimo terá que ser garantido pelos sócios do empreendimento. Isso significa que serão responsáveis por eventual inadimplência.

Apesar de agradar alguns integrantes do governo federal, existe uma preocupação em como o Tribunal de Contas da União (TCU) veria essa questão. Os investidores defendem que o governo use desse dispositivo para garantir a modicidade tarifária.

### **Interessada em Belo Monte, Alcoa festeja a possibilidade de participar do leilão**

Mauro Zanatta e Paula Cleto, de Belém e Londres

05/11/2009

Disposta a participar do consórcio que disputará a construção do megaprojeto hidrelétrico de Belo Monte, no Pará, a gigante americana Alcoa tem enfrentado resistências de algumas empreiteiras a aceitá-la como sócia na operação da futura usina de R\$ 16 bilhões.

Na tentativa de driblar as dificuldades empresariais, o presidente da Alcoa América Latina e Caribe, Franklin Feder, tem insistido na necessidade do "autoprodutor" para garantir energia a grandes indústrias consumidoras desse insumo. "As empreiteiras não gostam muito porque querem preços maiores. Mas defendo os interesses da Alcoa", afirmou ao Valor durante o Fórum Amazônia Sustentável, realizado em Belém. "Somos chatos e vamos verificar tudo. Queremos energia barata. Estamos lutando por isso".

Principal executivo da subsidiária brasileira da Alcoa, maior produtora mundial de alumínio, Feder informou ter apoio da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff para garantir a participação no leilão da usina de 11,2 mil megawatts. "A Casa Civil e a

ministra Dilma sabem disso e apóiam o nosso pleito", afirmou. Ele comemorou a inclusão da figura jurídica nas diretrizes do Ministério de Minas e Energia para o leilão. "Como autoprodutor, saímos ganhando. Mas o Pará também ganha e a obra sai melhor".

A diretriz do governo prevê uma participação entre 10% a 30% de "autoprodutores" no megaprojeto de Belo Monte. Mas as empreiteiras resistem a aceitar as grandes indústrias consumidoras de energia nos consórcios porque haveria uma tendência de redução do preço final do megawatt/hora produzido. Os grandes projetos energéticos contavam com os "autoprodutores" até 2003, quando houve alterações na legislação do setor.

Ancorada na garantia de fornecimento de energia a custos competitivos, a Alcoa poderia, segundo informou Feder, construir uma unidade produtora de alumina em Juruti, no oeste do Pará, onde recentemente inaugurou as operações de mineração de bauxita. A gigante americana, que faturou US\$ 27 bilhões em todo o mundo no ano passado, também avalia promover investimentos em uma planta de alumínio em Altamira.

Dona de um investimento de R\$ 3,5 bilhões na mina de Juruti, a Alcoa contou, ainda, com a ajuda da governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), para convencer o governo federal a admitir os "autoprodutores" no futuro consórcio de Belo Monte. Às vésperas da eleição de 2010, a governadora, candidata à reeleição, atuou de maneira decisiva em conversas com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, nas últimas semanas. Sob a alegação dos grandes benefícios econômicos e sociais ao Estado gerados pelos investimentos de indústrias como a Alcoa no Pará, Ana Júlia também pressionou a ministra Dilma Rousseff a aceitar a volta da figura do "autoprodutor" de energia no megaprojeto de Belo Monte.

A Alcoa mantém investimentos em energia no Brasil por meio da participação no consórcio de quatro hidrelétricas - Machadinho e Barra Grande (concluídas) e Estreito e Serra do Facão (em fase de implantação). A companhia de alumínio tem, entre seus sócios, Camargo Corrêa, CPFL, Suez, Vale, Votorantim, entre outros. Essas quatro hidrelétricas devem garantir 70% de autossuficiência na produção de alumínio em Poços de Caldas e na Alumar, usina em operação em São Luís (MA) sob o formato de consórcio, cuja produção soma 450 mil toneladas por ano.

Ontem, em Londres, Feder, entregou pessoalmente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Londres, um convite para a cerimônia de inauguração da expansão da refinaria de Alumar, em São Luís (Maranhão). A presença do presidente poderia pesar a favor da escolha do Brasil para novos investimentos da Alcoa, desta vez em geração de energia, especialmente no complexo de Belo Monte.

A diretoria do grupo precisa deliberar sobre o investimento, na hidrelétrica e em uma unidade de refino, estimado em US\$ 5 bilhões. "A presença do presidente na inauguração também ajudaria nessa decisão da companhia de investir em Belo Monte", resumiu Feder, acrescentando que Lula aceitou o convite.

Feder lembrou que o Brasil tem muitas vantagens para a produção de alumínio, como possuir a terceira maior reserva de bauxita e o potencial energético abundante. Condições que bateriam rivais como a China ("que não tem bauxita e a energia é a carvão, mais cara") e Rússia ("tem energia mas não bauxita"). No entanto, outras nações podem competir pelos investimentos. "Por isso o presidente Lula tem de ir a São Luís. Queremos manter o Brasil na frente, mas concorreremos com todos os outros." Ele lembrou que, junto com os sócios, a Alcoa aplicou R\$ 13 bilhões no Brasil entre 2006 e 2009.

### **Data para leilão de Belo Monte será mantida, prevê Eletrobrás**

De Brasília

13/11/2009

O presidente da Eletrobrás, José Antonio Muniz Lopes, disse ontem que o governo e a empresa trabalharão sem interrupção para que o leilão da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), seja realizado na data prevista, dia 21 de dezembro. "Sou muito otimista. Vamos trabalhar de manhã, de tarde e de noite."

Muniz Lopes afirmou que a Eletrobrás vai participar com até 49% dos investimentos calculados em cerca de R\$ 16 bilhões para a construção da hidrelétrica. Além disso, já está decidido que empresas do grupo vão participar de todos os consórcios, o que vai permitir a presença da holding Eletrobrás na sociedade de propósito específico, que terá de ser criada.

A realização do leilão depende da emissão da licença ambiental prévia. O ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, disse que a licença sai semana que vem. A obra também aguarda autorização do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o projeto de viabilidade ambiental, mas, segundo o ministério, o leilão será realizado apenas com a licença prévia do IBAMA. A concessão terá duração de 30 anos e o início de suprimento de energia está previsto para 2014.

Na noite de quarta-feira, o IBAMA conseguiu suspender uma liminar que exigia a realização de mais audiências públicas na região atingida pela usina. A decisão tinha sido dada por um juiz federal em Altamira (PA). Sem a liminar, o órgão ambiental retomou o licenciamento prévio para a construção da hidrelétrica, que terá capacidade de 11,23 mil MW.

A suspensão da liminar foi obtida no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1 Região, em Brasília. Segundo os advogados do órgão, a decisão do juiz em Altamira representava invasão no poder que a autoridade ambiental tem para definir o número e o local das audiências públicas. (AG)

### **Vinte anos depois, usina de Belo Monte, no Xingu, une Raoni e Sting**

Daniela Chiaretti, de São Paulo

23/11/2009

Aconteceu de novo, 20 anos depois. O músico inglês Sting encontrou-se ontem, em São Paulo, com o cacique caiapó Raoni. A conversa girou em torno do mesmo assunto de duas décadas atrás: a construção da usina Belo Monte no rio Xingu, no Pará, e a ameaça da barragem. Só que o momento do reencontro, a duas semanas da Conferência do

Clima de Copenhague, com a licença-prévia do IBAMA saindo do forno e um blecaute nacional há 15 dias, é uma batata-quente nas mãos do governo Lula.

Coube a Sting fazer a amarração entre Belo Monte e Copenhague. "Há 20 anos, quando vim pela primeira vez ao Xingu, tive uma intuição que a floresta era importante para o mundo. Mas era só uma intuição. Vinte anos depois temos a informação científica que dá base a esta ideia." A discussão sobre florestas é o tópico que mais avança no debate climático internacional.

Um jornalista colocou o fato que o Brasil precisa de energia. "Não sou perito neste assunto, só acho que todos os lados têm que ser ouvidos", disse Sting. "O Brasil precisa de energia, mas talvez não precise de Belo Monte." Prosseguiu dizendo que espera que em Copenhague os governos reconheçam que o mundo está em crise e que ajam com a mesma urgência com que socorreram o sistema financeiro em 2008.

"Há 20 anos eu conheci 'Patemá' e pedi ajuda a ele", disse Raoni Txucarramãe - 'Patemá', como ele carinhosamente chama Sting, quer dizer 'fígado de tamanduá', em caiapó. "Estou preocupado porque o governo quer de novo fazer a barragem de Belo Monte", continuou o líder indígena, na tradução do sobrinho Megaron Txucarramãe. Raoni prosseguiu: "Eu não tô gostando. Quero viver em paz, quero que meus netos vivam em paz. Não quero barragem no rio Xingu, espalha aí", sugeriu.

Foi Megaron quem esclareceu: "Quando o governo planejou Belo Monte, não conversou com os índios. O governo tem que escutar os índios, explicar o que está acontecendo. " E antes que viesse a pergunta sobre as audiências públicas que o IBAMA fez na região do projeto, emendou: "Índio não entende o que é audiência pública. Pensa que é para ir lá para brigar."

"Deve haver uma razão econômica para fazer a barragem, mas também deve haver motivos ambientais que mostrem que talvez esta não é uma boa ideia", pontuou o ex-Police. Um estudo de 40 especialistas entre antropólogos, sociólogos, biólogos e engenheiros divulgado recentemente lançou dúvidas sobre vários pontos do empreendimento da Eletrobrás. Um deles aponta a geração média prevista de 4,5 mil MW para uma capacidade instalada de 11 mil MW. Isto pode fazer ressurgir o antigo projeto de usinas múltiplas no Xingu, o que assombra os índios. Os caiapós de Raoni, que vivem a quase mil quilômetros de Belo Monte, temem esta possibilidade. O Xingu, para os índios, é um rio sagrado, além de fonte de peixes, base da alimentação das várias etnias que vivem por ali.

"Esta é uma decisão do povo brasileiro, eu sou de fora, sou estrangeiro", continuou. "Mas por isso é importante que todos os brasileiros sejam ouvidos e o povo do Raoni também. Esta é a única coisa que eu posso fazer." Sting prometeu que à noite, durante seu show Natura Nós About Us, chamaria Raoni para o palco. "É um evento ambiental. Vamos tocar música e Raoni falará." Brincou: "Sou a banda back do Raoni".

A resistência indígena à usina de Belo Monte pode ter um novo capítulo em breve. Há duas semanas, uma reunião com líderes na Vila da Ressaca, em Altamira, (PA), decidiu entrar com um pedido de medida cautelar na Comissão Interamericana de Direitos

Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Trata-se de pedir uma manifestação da comissão ao governo brasileiro. Isto ocorre em casos urgentes e quando os apelos domésticos não surtiram o efeito desejado - foi um expediente adotado também no caso da Raposa Serra do Sol. "Ainda não entramos com o pedido, estamos estudando o momento mais adequado", diz Erika Yamada, advogada do Instituto Socioambiental, o ISA, que está ajudando a montar a iniciativa. "É uma demanda coletiva", diz ela. "Os índios estão se sentindo excluídos do processo."

"O projeto em si é difícil. Os empresários têm dúvidas quanto ao orçamento de Belo Monte", diz Glenn Switkes, diretor no Brasil da ONG International Rivers. Ele lembra que o projeto está orçado em R\$ 16 bilhões, mas seriam R\$ 21 bilhões com juros. "É um lugar sem infraestrutura, as empresas calculam gastos muito maiores." Isto sem contar os impactos sociais. Segundo ele, os empreendedores reconhecem quem será inundado e quem está fisicamente dentro da área do canteiro de obras. Serão retiradas quase 20 mil pessoas, diz ele. "Mas este é um número subestimado, há cálculos que indicam quase o dobro de gente atingida."

"O desafio é criar um modelo econômico que seja bom para todos, para os índios e também para este pessoal daqui", disse Sting, apontando a região onde ficam as fazendas. "Tenho esperanças, mas sou realista." Há três dias ele conheceu a senadora Marina Silva. "Fiquei impressionado. Ela é muito carismática."